

## ATA Nº17

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 09 de junho de dois mil e vinte.** -----

-----Ao nono dia do mês de junho de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta minutos, através de sistema de videoconferência, e em cumprimento do disposto no n.º 3, do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28/02/2020;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

-----**PONTO DOIS: DEBATE DA ATUALIDADE SOBRE O TEMA "IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO DA COVID-19 EM VAGOS", SOLICITADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS;** -----

----- **PONTO TRÊS: PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI) – 2019-2028 – APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO QUATRO: CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO “SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA” – DGF 01 CPI/2020 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL– AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

----- **PONTO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019;** -----

----- **PONTO SEIS: ALIENAÇÃO DE TERRENOS – GAFANHA DA BOA HORA.** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Liliana Barreira e Hugo Jorge em substituição de Maria Pedro Silva eleitos na lista do PSD; -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta, António Bastião em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes

Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Maribel Julião, em representação de Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Maria Pedro Silva, Patrícia Neves Ferreira, Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 28 de fevereiro de 2020.** -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata, da sessão realizada no dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre dois de março e 09 de junho de dois mil e vinte. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem os quiser consultar. Entretanto, informou que foi dado conhecimento por parte do senhor Presidente da Câmara de um pedido do Ministério Público das atas de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove e de vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, por intermédio da sua ilustre mandatária. As referidas atas foram remetidas ao senhor Presidente da Câmara, conforme o solicitado, para serem entregues ao Ministério Público. O senhor Presidente informou que a realização desta Assembleia Municipal cumpre com a lei, com o do disposto no n.º 3, do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março. Esta sessão corresponde à sessão ordinária de abril, que podia ser realizada até final de junho, devido à prorrogação de prazo previsto na referida lei. Provavelmente irá haver ainda uma outra sessão ainda este mês, correspondente à sessão ordinária de junho, mas depois serão informados os senhores deputados se assim for. No seguimento dessa legislação esta sessão não terá a intervenção do público. Entretanto, referiu-se aos tempos difíceis que todos viveram, que em grande parte já foram ultrapassados, mas que ainda não estão totalmente resolvidos e, portanto, há que ter muitos cuidados, algumas precauções e sentido de responsabilidade. A verdade é que houve em toda esta situação pessoas que estiveram sempre na linha da frente no combate à pandemia, desde bombeiros, médicos, IPSS's e tantos outros profissionais que não deixaram, neste momento difícil, que houvesse uma rutura social e que não houvesse um grande estrangulamento em termos sociais e económicos no nosso concelho e no país. Neste sentido, quis deixar uma palavra de reconhecimento para essas pessoas que em tempos muito difíceis não abandonaram o barco e, por isso, conseguiram manter as coisas mais ou menos bem numa altura

de tantas dificuldades. Nestes momentos também se conseguiu dar um exemplo claro de que em tempos excepcionais as ferramentas e as formas de fazer as coisas também têm de ser adequadas e excepcionais face aos tempos. Um bom exemplo, foi a Comemoração do 46º Aniversário do 25 de Abril, que se realizou com enorme dignidade, e espera-se que esta sessão da Assembleia Municipal também decorra com a maior normalidade possível para honrar assim o voto de confiança dado pelos vaguenses. O senhor Presidente da Assembleia municipal agradeceu ao senhor Presidente da Câmara a pronta disponibilidade na cedência de todos os meios técnicos e por todo o apoio prestado por parte dos técnicos da Autarquia, que desde a primeira hora colaboraram com todo o empenho, toda a dedicação e todo o profissionalismo para que hoje a participação fosse, efetivamente, o mais regular e o mais participada possível. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelas senhoras Deputadas, Patrícia Ferreira e Maria Pedro Silva e Fernando Julião, Presidente da Junta de freguesia de Vagos e Santo António, à sessão de hoje. -----

----- **D – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e começou por referir que a partir de hoje Vagos voltou a ter um Deputado na Assembleia da República, o Dr. Rui Cruz tomou posse hoje na Assembleia da República, o que é uma grande satisfação para este Concelho ter de novo um vaguense neste cargo. Entretanto, perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual o ponto de situação das obras da estrada Rines – Sanchequias. Mais à frente na discussão do ponto cinco ir-se-á verificar que há um aumento das despesas com o pessoal e o senhor Deputado quis saber qual o ponto de situação sobre a transferência de competências que foram assumidas pelo Município. Também foi notícia, durante a pandemia, a questão da Riablades comprada pela Siemens e o senhor Deputado solicitou uma breve explicação sobre esse assunto. Questionou também sobre a contratação dos RSU's, qual o ponto de situação. Entretanto, pergunta o que é que Vagos e a Câmara Municipal estão a pensar fazer em relação ao comércio local. Há uns dias o senhor Deputado Juan Carlos foi à Câmara Municipal a uma reunião e verificou que esta tinha um carro novo de média gama e questionou-se do porque de um carro destes nesta altura e frontalmente quer deixar essa questão aqui. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por referir que o grupo municipal do PS se associa aos agradecimentos feitos a todos quantos colaboraram para que a transmissão desta sessão fosse possível e ainda a todos quantos colaboraram, e ainda colaboram, para se ultrapassar esta situação de pandemia que o país atravessa. Amanhã é o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e, por isso, o senhor Deputado pergunta o que é que o Município de Vagos pretende fazer para comemorar este dia que celebra a língua, a cultura, as tradições das Comunidades Portuguesas no estrangeiro. Vagos continua a ser um Concelho de emigrantes e os que já não são acabam por ainda ter uma forte ligação àqueles que foram os seus

países de acolhimento e sendo esta medida adotada recentemente, de transmissão das sessões da Assembleia Municipal pela internet, também é interessante para quem está fora do país, o grupo municipal do PS aproveita para, no dia que antecede o 10 de junho, enviar uma saudação especial a todos os emigrantes vaguenses. A segunda nota que abordou prende-se com uma notícia que saiu no jornal Expresso este fim de semana, sobre o roteiro Mariano. Este roteiro elenca um conjunto de espaços Santuários Marianos e tem a chancela do Turismo de Portugal. O senhor Deputado não sabe o que aconteceu, se Vagos não se mexeu, mas a ausência do Santuário de Vagos neste roteiro é má, pois é uma referência deste Concelho e muito importante do ponto de vista do turismo religioso. O senhor Deputado pergunta porque é que mais uma vez ficámos para trás, se a Câmara Municipal tem conhecimento do assunto e porque é que o Turismo desta região não incluiu Vagos. Outra questão que abordou prende-se com uma iniciativa que estava plasmada no Plano Plurianual de Investimentos e que estava referida como possível de executar até final de dois mil e dezanove, que é o Centro Municipal de Recolha e Encaminhamento de Animais. O senhor Deputado questiona sobre o ponto de situação desta iniciativa. Um assunto que é recorrente e que por isso o volta a referir prende-se com a falta de limpeza na praia da Vagueira, nos passeios e zonas urbanas, e por isso quer saber se a Câmara Municipal pensa atuar com brevidade. Em breve haverá, certamente, um aumento de circulação, mas também não interessa tratar daqueles espaços apenas no Verão. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e referiu que Vagos continua a ser uma vila com os olhos postos na cidade, mas com tantas casas em ruínas e os terrenos cheios de ervas e matos nunca lá chegará. Os Presidentes de Junta deviam interessar-se mais pela beleza das Freguesias que representam. Em relação às casas em ruínas pede ao senhor Presidente da Câmara que se interesse por resolver esta triste e preocupante situação e embeleza a vila e as aldeias deste Concelho. O senhor Deputado abordou também o possível Acordo de Geminção com a cidade de Cantanhede, pois grandes e históricos laços de amizade unem estas duas localidades e, no seu entender, Nossa Senhora de Vagos ficaria muito agradecida. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que como existem falta de serviços essenciais, como balcões dos CTT ou do Posto Médico em Covão do Lobo, e sendo a população cada vez mais envelhecida e com falta de mobilidade e, por isso, pergunta porque é que no Concelho de Vagos não existe uma rede de transportes públicos. Esta rede de transportes além de permitir o acesso a serviços deve ser extensível às Zonas Industriais e às praias da Vagueira e Areão. Outra questão tem a ver com o facto de existirem cada vez mais animais abandonados em alguns sítios e que são muito perigosos atacando as pessoas com frequência. Tendo a Câmara Municipal um canil e tendo, ainda, vindo a atribuir subsídios à Associação Gaticão não seria possível fazer-se mais e melhor, perguntou. O que é que tem corrido mal? A terceira questão tem a ver com a estrada que liga a Zona Industrial da Mota ao Parque de Campismo da Vagueira, ou seja, embora tenha sido reconstruída há pouco tempo verificam-se, claramente, muitas lacunas e tem de se circular com muito cuidado. Neste sentido, o senhor Deputado questiona se estão previstas algumas obras de requalificação. Por último, a estrada que liga Salgueiro ao Fontão

continua a ser falada e não é pelos melhores motivos. Só quem por lá passa todos os dias é que sabe o difícil que é transitar por aquela via e é de lamentar que a mesma continue em tão mau estado de circulação. Esta estrada podia ser uma das melhores da região e, no entanto, é o que se vê. O senhor deputado pergunta para quando está prevista a conclusão e receção daquela via. -----

----- O senhor deputado Paulo Malta usou da palavra e referindo às obras na estrada Rines – Sanchequias perguntou o ponto de situação e para quando está previsto o término da via. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que à semelhança do que aconteceu na última Assembleia Municipal quer saber o ponto de situação da Requalificação da Escola de 1ºCEB de Ouca. A intervenção é urgente, os sinais de degradação são conhecidos e tem de se preparar o novo ano escolar e será necessário criar condições. Entretanto, manifestou a sua preocupação pela recolha dos lixos. O problema é muito mais abrangente do que apenas a sua recolha e a questão do senhor Deputado é se neste novo concurso que está a decorrer foi previsto minimizar os diversos constrangimentos, caso contrário voltará tudo ao mesmo. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e perguntou pelo ponto de situação do contrato de recolha do lixo e se o mesmo prevê a substituição de alguns contentores que se encontram em muito mau estado. Outra questão colocada prende-se com a fibra, e se está prevista para os meses de agosto ou setembro como foi referido pelo senhor Presidente e se realmente no início do novo ano letivo esta situação já está ultrapassada. -----

----- O senhor Deputado Tony Almeida usou da palavra e abordou o assunto da estação elevatória que está neste momento a ser instalada no Parque da Fonte em Ouca. Compreende perfeitamente a necessidade técnica e de saúde pública do saneamento básico, mas pergunta se esta é a única solução técnica possível em relação ao local. A segunda abordagem técnica tem a ver com a eventual libertação de cheiros, ou seja, está-se a falar de uma estação elevatória que está a ser instalada na proximidade de um Jardim de Infância, é um lugar de lazer, considerada uma zona nobre na Freguesia, e pergunta o que é que está previsto em relação à libertação de gases. Dentro das limitações técnicas que existem na decisão da instalação da estação elevatória naquele local existe lá um armário que está a utilizar todo o lugar da fonte, o que não faz sentido nenhum, e o senhor Deputado quer saber de quem foi essa decisão. -----

----- A senhora Deputada Madalena Pinto usou da palavra e começou por enaltecer o trabalho que tem sido realizado pela CPCJ de Vagos que nesta altura de pandemia não descorou e esteve sempre presente. Entretanto, referiu-se à execução do Pontão da Gândara e referiu que já foi tapado o buraco há tanto tempo esperado porque era uma grande preocupação para a população devido ao perigo que representava. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referindo-se ao momento atual que se vive deu por si a pensar no que virá depois da pandemia. O que é que esta outra realidade pode trazer a todos. Politicamente há muitas incertezas muitas dúvidas, muitas opções tomadas, umas bem outras menos bem. Socialmente também muitas dúvidas e incertezas, situações que porventura nunca se pensou que pudessem vir a existir. Mas as grandes preocupações do senhor Deputado centram-se no significado das pessoas, no que elas interessam, se serão só números ou

estar-se-á aqui a utilizar as pessoas como escudos para defender outras coisas. É verdade que houve muita coisa boa que foi feita, nas escolas, pelas Juntas de Freguesia no muito trabalho que fizeram, e pelo trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal. O senhor Deputado não gosta de olhar para o passado, mas sim de perspetivar o futuro e é exatamente aqui a sua preocupação, porque o futuro está muitas vezes centrado naquela ideia tão falada constantemente na comunicação social e que se chama economia. O senhor Deputado percebe que a economia seja muito importante mas não consegue conceber que se ande, que se pense na economia sem olhar para as pessoas, porque afinal a economia só serve para as pessoas ou as pessoas para a economia. Neste sentido, gostava de perceber aquilo que está perspetivado, em termos do Município de Vagos, para apoio não só de instituições ou de empresas que fecharam, ou que estão em situação difícil, mas também às pessoas. Entretanto, referiu outra preocupação associada ao que falou, ou seja, andou-se durante esta pandemia a tentar proteger os mais frágeis, os idosos, e afinal de contas já se está a falar novamente em discutir a eutanásia. Afinal, o que é que as pessoas valem? E terminou perguntando ao senhor Presidente o que é que está a ser feito para dignificar as pessoas em especial os idosos. -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno usou da palavra e no seguimento da intervenção do senhor Deputado Sérgio Martins quer saber se a Câmara Municipal tem pensado algum plano de intervenção ao nível dos idosos, porque na verdade é uma população que merece um pouco mais de atenção. A senhora Deputada pergunta também se há alguma forma de Câmara Municipal poder intervir em alguns serviços públicos, nomeadamente as Finanças e a Conservatória, que nesta altura de pandemia têm estado a trabalhar de uma forma caótica. Gostaria de saber se pode ajudar de alguma forma para agilizar o funcionamento destes serviços. -----

----- O senhor Deputado Silvério Rua usou da palavra para deixar os sentimentos ao senhor Óscar Lopes, e a toda a sua família, pelo falecimento do seu irmão, e informar que o funeral se realiza amanhã, dia 10 de junho, pelas 15h00m em Ponte de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra e associou-se a este momento de dor e de luto que assolou aquela família. Apesar das diferenças políticas nestas alturas todos sentimos a dor desta perda. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões levantadas pelos senhores Deputados. Começou por informar que os agradecimentos aos técnicos da câmara serão entregues, porque de facto houve aqui todo um trabalho em tempo recorde para que tudo estivesse a funcionar a tempo e horas. Depois, associou-se, assim como todo o executivo da Câmara Municipal, e subscreve aquilo que aqui foi dito pelo senhor Deputado Silvério Rua e referiu a oportunidade de falar por telefone com o senhor Óscar Lopes, vereador em substituição, e transmitir-lhe os sentimentos neste momento de dor e de profunda tristeza. Entretanto, associou-se também ao voto de contentamento por Vagos voltar a estar representado na Assembleia da República. É muito importante ter-se pessoas que representem bem este Concelho, tal como o Dr. Bruno Julião junto do Governo e agora o Dr. Rui Cruz na Assembleia da República. Relativamente à estrada Rines - Sanchequias o que o senhor Presidente pode dizer oficialmente é que a

empreitada termina no dia 30 de junho, mas já se percebeu que não vai terminar nesta data. No entanto, a Câmara Municipal ainda não recebeu nenhum pedido de prorrogação por parte do empreiteiro. Em relação ao aumento de custos com pessoal este ainda não reflete a transferência de competências. Este foi um processo que de forma compreensível parou no âmbito da pandemia. Obviamente que as preocupações do Governo foram muitas, houve outras prioridades e o senhor Presidente, nesta situação, não é capaz de condenar ou de acusar. O Governo teve outras preocupações e o processo da transferência de competência ficou parado. Até ao início da pandemia muito haveria para discutir, os atrasos foram muitos, mas desde a última Assembleia até hoje não há mais nada a acrescentar. O caso da Riablades felizmente resolveu-se da melhor forma com a aquisição desta empresa por parte do consórcio alemão e espanhol a Siemens Gamesa. Neste processo houve aqui um trabalho de muita proximidade com a empresa por parte da Câmara Municipal, mas também por parte do Governo na pessoa de senhor Secretário de Estado Eurico Brilhante Dias. Felizmente conseguiu-se em conjunto encontrar uma solução fundamental para o Município, mas também muito importante para o país. Em relação à recolha dos RSU's basicamente a Câmara Municipal está com o acordo de cessão do contrato com a Luságua. Entretanto, lançou um procedimento de ajuste direto com consulta a todos os que responderam ao concurso público. É um procedimento de nove meses, seis mais três, só para suprir esta necessidade imediata de recolha. Terminou-se hoje o documento e estão reunidas as condições para vir à Assembleia Municipal. Em relação aos moldes do concurso não houve nenhuma "artimanha", ou seja, no anterior concurso houve uma empresa que concorreu que apresentou o valor muito a baixo daquilo que o mercado hoje pratica e agora o que se vai fazer, e terá custos mais elevados para o Município, será aumentar o preço base da operação e com isso conta-se ter bastantes concorrentes e adjudicar no concurso público. O que o Município fez foi aumentar o preço base e diminuir algumas das exigências feitas no anterior contrato sem que com isso o serviço venha a ser afetado. A substituição dos contentores danificados está prevista no novo concurso. No que respeita ao apoio ao comércio local a Câmara Municipal lançou uma série de medidas em três etapas: uma de combate, outra de mitigação e outra de relançamento da economia. No comércio local está previsto: a isenção de taxas, que virá à Assembleia Municipal, de acordo com a lei; incentivo ao consumo nos estabelecimentos do Concelho de Vagos; incentivar aquilo que é o turismo mais local, porque este ano haverá algumas dificuldades, devido ao encerramento das fronteiras, em ter visitantes/turistas estrangeiros e, por isso, ir-se-á concentrar o foco nos visitantes portugueses. Ainda hoje foi lançada a campanha de apoio ao comércio local num trabalho conjunto com o NEVA, ao abrigo de um protocolo estabelecido onde foi incluído um valor de cerca de noventa mil euros para apoio a iniciativas que dizem respeito ao incentivo no consumo do comércio local. A Câmara Municipal está a trabalhar com o NEVA, que é a entidade parceira neste processo, para que as coisas corram bem com o comércio local. Em relação ao carro novo, não é só um, foram várias as viaturas adquiridas pelo Município. Houve alguns contratos de rating que terminaram e a Câmara Municipal renovou a sua frota. No caso da viatura referida pelo senhor Deputado Juan Carlos a Câmara Municipal fez um concurso público com um

valor base de quatrocentos e noventa euros por mês, são cerca de mais cinquenta euros do que o custo do contrato dos carros elétricos Renault, para um carro híbrido que fosse elétrico e que desse para algumas viagens mais longas. Essa viatura é para ser utilizada pela vereação. O carro que a locadora disponibilizou foi aquele e a Câmara não pôde escolher, a única coisa que teve direito a escolher foi o preço base do concurso. Quanto à questão do 10 de junho não é normal a Câmara Municipal organizar qualquer iniciativa relativa a esta data, contudo estão a ser preparadas duas atividades de âmbito cultural: uma associando-se a uma empresa local que vai gravar um videoclip na praia da Vagueira e na vila com um carro, um Trio Elétrico; uma outra que está a ser preparada com a Banda Filarmónica na gravação de um vídeo com algumas músicas mas tem havido alguns problemas técnicos e não se sabe se estará pronto a tempo do 10 de junho. A questão do roteiro Mariano o senhor Presidente desconhece, mas vai tentar perceber o que é que se passou. Em relação ao Centro Municipal de Recolha de Animais a Câmara Municipal tem trabalhado com duas associações, com quem tem protocolos, para que os animais sejam recolhidos e posteriormente adotados. Há uma campanha a decorrer para adoção de animais onde se oferece a vacinação dos animais e o chip. Está a decorrer no âmbito da CIRA um concurso público internacional para a construção dos centros de recolha. O Município de Vagos a única coisa que irá construir é um centro onde os animais ficam alojados um ou dois dias para irem depois para o Centro de Recolha da CIRA. Esse processo irá avançar, ficou suspenso devido à pandemia. A questão da limpeza nas zonas urbanas, a Câmara Municipal lançou um concurso de limpeza das zonas urbanas nomeadamente na praia da Vagueira, como faz todos os anos no verão. Durante o inverno é a Câmara Municipal que faz esse serviço. A falta de limpeza verificada nas várias Freguesias do Concelho são, de facto, uma realidade e acontece por duas razões: menos circulação nas ruas e porque os funcionários da Autarquia estiveram em casa devido à pandemia. Houve aqui um mês e meio que os serviços funcionaram a 20 ou 30% daquilo que é normal. A questão dos transportes públicos a CIRA lançou um concurso para atribuição dos transportes públicos, mas infelizmente o concurso ficou deserto e vai ter de ser lançado novamente. Entretanto, com a pandemia houve uma situação de serviços mínimos e lay off por parte da empresa de transportes públicos e, portanto, há consequências nesse aspeto particular, mas a CIRA está a preparar o relançamento do concurso para possibilitar e fazer crescer a rede de transportes públicos no Concelho de Vagos. Como se sabe esta rede de transportes públicos nunca teve a aprovação de nenhuma Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal não era “tida nem achada” para a atribuição de transportes públicos. No que respeita à estrada que liga a Zona Industrial da Mota ao Parque de Campismo falta subir umas caixas de saneamento que lá estão, e esse trabalho será feito brevemente. Infelizmente, por razões técnicas, uma falha técnica, não ficou previsto na empreitada porque essas caixas estavam tapadas pelo alcatroamento anterior e por essa razão não foi contemplada a subida das tampas na empreitada. A estrada Salgueiro – Fontão ainda não foi feita a receção provisória e já foi aqui dito por diversas vezes que houve problemas com a obra e o empreiteiro terá de fazer essa reparação. Neste momento, aguardar-se que se criem condições, até do ponto de vista técnico, para que seja feita essa intervenção e enquanto



isso não for feito a Câmara Municipal não receberá a obra. Relativamente à Escola de 1ºCEB de Ouça irá ser feita uma pequena intervenção para fazer algumas reparações de modo a preparar a Escola para a reabertura do novo ano letivo. Como se sabe não é fácil arranjar empreiteiros para este tipo de trabalhos e daí o atraso nas obras. A questão da fibra, aquilo que o senhor Presidente pode adiantar é que na Freguesia de Calvão já está instalado o cabo primário. O cabo primário que vem de Vagos passou por baixo no acesso a Sanchequias, que vem da A17, e está do lado de Calvão. A informação que pode dar, que vale o que vale, porque tem sido difícil encontrar um interlocutor na Altice, que permita que se diga claramente quais os projetos para o Concelho de Vagos, e que já deu, é que em princípio durante os meses de agosto, setembro, outubro o problema está resolvido e haverá fibra em todo o Concelho de Vagos. Mas assim que houver mais novidades o senhor Presidente de Junta de Calvão será de imediato informado. Em relação à estação elevatória aquela era a única localização possível. A Câmara Municipal chamou à atenção sobre isso à AdRA, porque tecnicamente essa responsabilidade é da AdRA, mas a responsabilidade foi partilhada com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia e a informação é que tecnicamente tinha de ser naquele local. Depois a questão para definir a colocação das caixas foi uma reunião mais operacional, e o senhor Presidente não esteve nessa reunião, e no local definiu-se todas essas coisas. O senhor Presidente deixou também ele uma palavra de reconhecimento à CPCJ que trabalhou muito bem neste período complicado. Em relação ao Pontão da Gândara demorou tanto tempo a reparar devido a tudo o que aconteceu, não foi possível lançar o procedimento concursal antes, mas assim que foi possível lançou-se e a obra foi terminada em tempo recorde. Em relação ao funcionamento dos serviços da Conservatória e Finanças a Câmara Municipal já antes da pandemia havia alertado para os maus serviços que estavam a ser prestados, por falta de pessoal. O que a Câmara Municipal poderá fazer é alertar, novamente, o Governo para a situação. Para terminar, e respondendo à intervenção do senhor Deputado Sérgio Martins, o senhor Presidente considera que deve ser sempre a economia ao serviço das pessoas. A melhor medida social que a Câmara Municipal de Vagos podia ter feito é ajudar as empresas privadas a criarem emprego. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins voltou a usar da palavra e referiu que não percebeu a resposta do senhor Presidente da Câmara relativa à transferência de competências, ou seja, perguntou o ponto de situação deste processo, mas não ficou esclarecido. -----

----- O senhor Deputado Tony Almeida voltou a usar da palavra e referiu que o senhor Presidente não esclareceu a questão dos cheiros, a questão dos lençóis freáticos da área, se estão salvaguardados com a construção da estação elevatória, e aquele armário que causa alguma confusão, se não há outro sítio para o colocar. -----

----- O senhor Deputado António Bastião voltou a usar da palavra e disse que o senhor Presidente não respondeu à questão que colocou sobre os cães perigosos que andam nas ruas de Santa Catarina e que já atacaram várias pessoas. Entretanto, referiu que o grupo municipal do CDS-PP também se associa às palavras aqui deixadas ao senhor Óscar Lopes e família pelo falecimento do seu familiar. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e referiu que em relação à questão da Riablades, tal como o senhor Presidente da Câmara disse, o Governo está atento, disponível e esperançoso que a evolução da situação e o tipo de recuperação da produção possa ser um exemplo bom para o país, mas a seu tempo ter-se-á um balanço positivo do resultado. Entretanto, referiu-se ao site da Câmara Municipal e algumas ausências de informação sobre atas e alguns Conselhos Consultivos como é o caso: do Conselho Municipal da Educação, cuja última ata é de dois mil e treze; do Conselho Municipal de Defesa das Florestas, cuja última ata é de 2015; do Conselho Municipal da Segurança, cuja última ata é de 2018; não tem o Relatório anual dos Planos de Gestão e de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para fazer os esclarecimentos solicitados. Em relação à questão do site da Câmara Municipal tinha iniciado um processo de revisão de toda a estrutura do site e, atendendo ao momento, deixou de ser uma prioridade. Não porque não seja um processo a ter em conta e sem importância, obviamente que não, mas neste período deixou de fazer parte das prioridades. O processo de revisão será retomado brevemente. Em relação à questão dos cães vadios, referida pelo senhor António Bastião, o senhor Presidente não tem conhecimento da situação que referiu. O senhor Presidente respondeu à questão de uma forma genérica, essa situação em concreto de Santa Catarina não tem conhecimento, mas irá analisar com os serviços. Durante o tempo da pandemia, por questões de saúde, a Câmara Municipal parou com a recolha de animais e é natural que se tenha avolumado mais alguma preocupação e alguns animais errantes causem maiores problemas à população. A verdade é que o problema tem de ser resolvido, porque alguém criou este problema é bom não esquecer. A legislação existente é absurda e hoje não existe mecanismos nem locais para colocar os animais e essa é a grande questão. Devia haver uma alteração legislativa urgente no sentido de permitir que as Câmaras Municipais depois de vacinarem, chiparem e castrarem os cães os pudessem libertar novamente, pelos menos os que não são violentos. O problema é que a Câmara Municipal quando recolhe os cães já não os pode libertar novamente e deixa de ter espaço para os albergar. Este é um problema muito grave. Relativamente à questão da localização da cabine o senhor Presidente irá verificar e perceber se há alguma solução alternativa. Em relação aos poços de drenagem não há possibilidade de alterar. Em relação aos cheiros e aos lençóis freáticos o senhor Presidente pensa que esta estação elevatória não tem descarga de emergência, mas irá confirmar. De todas as formas todos estes processos em termos de projeto, em termos de empreitada e até, depois, em termos de funcionamento são acompanhados pela Administração Regional Hídrica que tutela e verifica ambientalmente se as práticas destas empresas, nomeadamente a AdRA, se são condizentes com as boas práticas ambientais. No que respeita à transferência de competências aquele que está em maior efetividade é a da área da educação. A Câmara Municipal tem reunido com a DGEST com a Diretora Regional da Educação, o processo tem estado a correr, genericamente, bem. A avaliação está muito condicionada com esta situação que o país atravessa. Genericamente está a correr bem, mas com toda esta situação não é possível fazer-se uma avaliação de todo o processo. Um outro processo que está a meio termo é da transferência de

competências na área das praias, porque tem coisas que estão ainda na ARH e outras que já passaram para o Município. Ainda hoje houve uma reunião com a ARH para articular o início da época balnear, que em Vagos será no dia vinte de junho, e em toda a região centro. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----**PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto, informou de que recebeu, por parte do grupo municipal do PS, uma série de perguntas, que decidiu responder nesta sessão da Assembleia Municipal, e está na dúvida onde é que deverá enxertar as questões do ponto de vista regimental. A não ser que possa responder no ponto dois, onde se vai falar sobre o COVID 19, e se o grupo municipal do PS não se opuser. -----

----- O senhor Presidente da Mesa pergunta qual é a posição do grupo Municipal do PS. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e esclareceu que a posição do grupo municipal é que o senhor Presidente da Câmara não confunda os planos, ou seja, as perguntas que recebeu foram da Concelhia do PS, que por acaso tem representação na Assembleia Municipal mas até podia não ter. Portanto, enquanto Concelhia do PS não se percebe a desculpa da parte do senhor Presidente da Câmara de dizer que só responderia na Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é gerida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, que estabelece a ordem de trabalhos, e não é o local para o senhor Presidente da Câmara responder, aquilo que lhe interessa, aos partidos e fugir à resposta que deve dar. Dito isto, aquilo que tem sido habitual nestas Assembleias Municipais é o senhor Presidente da Câmara não fazer nenhuma intervenção neste ponto da ordem de trabalhos e deixar à discussão das partes. O senhor Deputado bem sabe que esta informação tem um carácter especial motivado pelo facto do grupo municipal do PS ter inscrito um ponto na ordem de trabalhos. Uma boa parte da informação é dedicada à COVID que é para permitir ao senhor Presidente aquilo que entende dizer sobre este ponto e tentar esvaziar o ponto dois da ordem de trabalhos. Não é por se estar hoje em regime de videoconferência que devemos alterar o funcionamento da Assembleia Municipal e devem ser seguidos os trâmites seguidos nas outras sessões. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra e esclareceu que em todas as outras Assembleias, em relação a este ponto da ordem de trabalhos, e porque é uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara, é sempre feita a mesma pergunta, ou seja, “*se o Senhor Presidente da Câmara quer fazer alguma apresentação deste ponto*”. Portanto, não fez mais nem menos daquilo que é o habitual. Coisa diferente é aquilo que o senhor Deputado Óscar Gaspar levantou, ou seja, foram feitas uma série de perguntas, dirigidas ao Presidente da Câmara, feitas

pela Concelhia Política do PS e não pelo grupo municipal do PS. Agora, a oportunidade para apresentar o ponto o senhor Presidente da Câmara tê-la-á sempre, e agora não é exceção, se ele assim o entender. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que não tem nada a acrescentar e está esclarecido e já percebeu que o PS na Assembleia Municipal não quer esclarecimentos questões que o próprio PS na sua Comissão Política fez ao Presidente da Câmara enquanto Presidente de Câmara. O senhor Presidente julgava que a Assembleia Municipal era o órgão máximo de discussão política no Concelho mas afinal a troca de e-mails e de cartas é muito mais importante para o PS e regista isso com algum desagrado. Em relação à informação escrita do Presidente da Câmara, como é óbvio, da parte do Presidente da Câmara é sempre colocada a informação entendida mais relevante para trazer à Assembleia Municipal. A presunção do PS entender que foi pelo facto de ter solicitado o agendamento de um ponto na ordem de trabalhos que o Presidente da Câmara elabora esta informação não é mais que presunção mesmo. Mas de facto a atividade da Câmara Municipal desde 15 de março até hoje é maioritariamente centrada no COVID 19 e, por isso, a informação do Presidente da Câmara teria de incidir de forma maioritária sobre esta matéria. O que está neste documento é o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, mas há muito mais trabalho feito por instituições, por pessoas, por particulares, por empresas, etc..., e que permitiram que a situação de Vagos fosse, em termos epidemiológico, a melhor do distrito de Aveiro e isso não é mérito da Câmara e sim de todos os vagueses. -----

----- O senhor deputado Jorge Pereira usou da palavra e começou por deixar um agradecimento aos serviços técnicos da Câmara Municipal pelo trabalho executado para que esta sessão fosse possível ser realizada. Relativamente à informação do senhor Presidente lembrou que este é um documento que é distribuído aos membros da Assembleia Municipal e o que se tenta aqui nas sessões é debater os assuntos que lá vêm descritos e pedir alguns esclarecimentos ao Executivo Municipal. Começando por uma das informações que constam do documento, e que tem a ver com esta situação do COVID, ou seja, a compra de equipamento de proteção individual para distribuir a instituições de saúde, bombeiros, GNR, escolas, Juntas de Freguesia, etc.... Há aqui uma lista exaustiva da distribuição de material por estas entidades. O grupo municipal do CDS-PP tentou consultar no portal das compras públicas o valor investido nesta campanha, mas até ao momento não aparece nenhuma compra. Neste sentido, o que pretende saber é quanto é que foi gasto com este material distribuído. Outra questão referida é que a Câmara Municipal e o Centro de Saúde promoveram a realização de alguns testes na Misericórdia e Lares Residenciais e o que se pretende saber é quantos testes foram realizados e o custo aproximado desta operação. Sabe-se pelo GOV.PT o nível de investimento com equipamento informático para alunos necessitados, por volta de duzentos portáteis que atingem valores na ordem dos quarenta e seis mil euros. O senhor deputado pergunta como é que esta gestão vai ser feita junto dos alunos, se será o Agrupamento de Escolas e as Instituições Escolares a tratar do assunto ou se os alunos terão de se dirigir aos serviços da Câmara Municipal. Outra informação diz respeito ao Planeamento e Obras Públicas e regista-se com muito agrado a assinatura do Auto de Consignação da Obra de Requalificação do

Bairro D. Pedro Guimarães e pergunta se há data prevista para o arranque das obras e o tempo estimado para a realização das mesmas. Também nesta área regista-se um pedido de esclarecimentos do Tribunal de Contas sobre a Requalificação e Ampliação da Escola Básica da Quintã e o grupo municipal do CDS-PP quer saber que tipo de pedido foi esse e qual foi a resposta da Câmara Municipal. No que respeita à execução orçamental há aqui um registo “paupérrimo”, atingiu-se metade do ano, a execução da receita é de 23,7% e a da despesa é de 23%, números muito baixos para esta altura do ano. Outra questão a ver esclarecida prende-se com o apoio ao comércio local e o senhor Deputado lembra o valor da dívida a fornecedores e empreiteiros, grande parte deles do Concelho de Vagos. O senhor Deputado mostrou um gráfico com os valores. Entretanto, referiu que não é inconfidência nenhuma dizer à população que os grupos municipais tiveram uma reunião com o Executivo Camarário com vista a otimizar este tipo de informação, torná-la mais clara, mais informativa. O que se pode verificar no gráfico que mostrou é que a dívida do Município à data de junho está nos dois milhões oitocentos e trinta mil euros e que ao nível de fornecedores e empreiteiros, sendo a fornecedores um milhão quinhentos e dezassete mil euros e a empreiteiros é de um milhão e dezanove mil euros. Era importante que fosse mais célere este tipo de pagamentos porque as empresas e o comércio local precisam de liquidez nesta altura tão difícil. -----

----- O senhor deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por dizer que em três anos desta Assembleia Municipal nunca houve uma informação do Presidente da Câmara como esta, independentemente da presunção o grupo Municipal do PS fez o que devia ser feito e entendeu pedir um debate da atualidade sobre a questão do COVID, porque é obviamente o tema que interessa aos vaguenses para perceberem o que é que está a ser feito neste âmbito. O grupo municipal do PS não fez mais do que a sua obrigação e a Câmara Municipal também respondem no mesmo tom, ou seja, se provas faltassem aqui fica a demonstração de que uma oposição ativa faz funcionar melhor o Executivo. O senhor Presidente da Câmara referiu que acha estranho o grupo municipal do PS não querer ver as respostas às questões que colocou ao Presidente da Câmara. Mas o PS quer ver as questões respondidas, o PS apresentou as perguntas e as propostas no dia cinco de abril e, entretanto, passaram mais do que sessenta dias e algumas das perguntas deviam ter sido respondidas na altura e não agora. Entretanto, muita coisa aconteceu, para o bem e para o mal, e neste caso do COVID aconteceu tudo de forma muito rápido. Entretanto, não pode deixar de falar na medida mais original que o Município de Vagos tomou em relação ao apoio às atividades económicas. A nível nacional foram tomadas muitas medidas, também de apoio, por exemplo à comunicação social, mas ninguém se lembrou de fazer o que a Câmara municipal fez que foi poupar um ordenado à VagosFM e esta sim é uma medida de grande alcance, porque é objetivamente um apoio claro à comunicação social. A informação sobre a atividade da Câmara Municipal nos últimos meses deixa alguma perplexidade ao senhor Deputado por se ter relançado o concurso para a Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro na terceira semana de maio. Na informação de fevereiro vinha referido que o processo estava em condições de ser lançado em dezembro passado. No orçamento para dois mil e dezanove estava

previsto que as obras iniciassem em dois mil e dezanove, e isto foi a Câmara Municipal que disse. Entretanto, o concurso só foi lançado a meados de dois mil e vinte e, portanto, claramente, não se vai ter o Centro Cultural pronto nos próximos anos. Entretanto, para finalizar, referiu que no último fim de semana foi publicado por um jornal nacional guia de turismo espiritual e religioso que tem a rota dos Santuários Marianos e dentro tem um mapa que diz “*Nossa Senhora indica o caminho*”. No distrito de Aveiro aparece a Sé de Aveiro e a Via Sacra do Bussaco. Esta publicação é patrocinada pelo Turismo Centro de Portugal e, por isso, é inadmissível que não conste aqui a referência à Nossa Senhora de Vagos. Com todo o respeito pelos outros dois nenhum deles tem a ver com o itinerário Mariano, ao contrário da Nossa Senhora de Vagos que é a nível nacional o ponto importante e de referência do Concelho de Vagos seja em termos religiosos seja em termos culturais. O senhor Deputado deixa o apelo para que a Câmara Municipal tome a iniciativa de perguntar ao Turismo Centro de Portugal porque é que falta neste roteiro a referência à Nossa Senhora de Vagos e que nas próximas publicações dê o devido destaque a este assunto. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e pediu à Mesa alguma atenção ao tempo que dá ao grupo municipal do PS porque houve dois membros do grupo municipal do PSD que não puderam intervir no período antes da ordem de trabalho porque havia esgotado o tempo. Os exageros dos colegas do PS devem ser travados já de início para que não se repitam ao longo desta sessão. Embora o senhor Deputado seja um admirador das intervenções do senhor Deputado Óscar Gaspar às vezes fica estupefacto com algumas afirmações que de vez em quando faz. Sendo o PS, um partido que deu tantos salários, ainda antes do COVID, aos familiares no Governo vir agora referir-se ao salário que a Câmara Municipal poupou à VagosFM. A informação do senhor Presidente da Câmara nunca foi como esta, porque felizmente também nunca houve até hoje uma pandemia como a que está a decorrer. Entretanto, referiu que desta vez não vai conseguir distanciar-se da posição que ocupa nos Bombeiros Voluntários de Vagos e referiu que foi com o apoio que a Câmara Municipal deu a esta Instituição, associado ao apoio que deram os particulares e as empresas, que se conseguiu prestar o auxílio aos Vaguenses como tem prestado até hoje. Neste sentido, deixou um agradecimento muito especial à Câmara Municipal, porque sem esse apoio os Bombeiros Voluntários teriam falta de todo o tipo de material. -----

O senhor Deputado considera que o Estado ainda não está a reconhecer o valor que os Bombeiros de Portugal têm e, pelo menos, a nível concelhio deve ser feito. -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que em relação aos tempos, os mesmos estão a ser geridos com imparcialidade e com isenção e o tratamento tem sido igual para todos os grupos municipais. A responsabilidade da gestão dos tempos de cada grupo municipal é do próprio grupo municipal. Entretanto, passou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões levantadas pelos senhores Deputados. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e explicou que em relação a esta última questão referida pelo senhor Deputado é uma obrigação do Município, que desde a primeira hora teve como prioritário, equipar as forças de segurança, os bombeiros, os profissionais de saúde, IPSS's. esse trabalho é importante porque tem de se proteger quem “*nos vai proteger*”.

Essa proteção é muito mais abrangente, ainda recentemente foram adquiridas umas máscaras de proteção para o combate a fogos florestais que também podem constituir uma proteção em relação ao COVID 19. Indo ao encontro das perguntas do senhor Deputado Jorge Pereira, neste momento, em termos de custos estima-se que rondem os cem mil euros só para EPI's. é evidente, como disse, e bem, há muita coisa que ainda não se encontra no portal porque os serviços têm uns determinados dias para a publicação, por um lado, e por outro lado nem todos os contratos são obrigados a serem publicados. Os que forem obrigatórios, obviamente, serão publicitados. Mas no final deste processo poder-se-á fazer um balanço financeiro estabelecendo os custos todos. Como se sabe esses montantes não irão contribuir para o endividamento do Município, foi uma medida do Governo. Em relação aos testes especificamente, a Câmara Municipal numa fase inicial comprou duzentos testes e colocou-os à disposição da Unidade de Saúde de Vagos. Na fase de se fazer a inspeção a todos os Lares foram feitos testes através da Santa Casa de Misericórdia, com as despesas assumidas pela Câmara embora ainda não se tenha informação do valor gasto nesta operação. Depois há testes que foram feitos pela própria saúde. Entretanto, os testes adquiridos pela Autarquia e colocados à disposição do Centro de Saúde já foram todos utilizados. Ainda houve uma outra situação, em Santa Catarina, através de um protocolo entre a CIRA, a Segurança Social, o Hospital de Aveiro, o ACeS e a Universidade, onde foram feitos testes na instituição. Esta situação dos mais idosos tem de ser acompanhada com muito cuidado, porque são eles a principal fonte de preocupação por ser um grupo de risco. Quanto aos portáteis que foram adquiridos a gestão foi feita em conjunto com o Agrupamento de Escolas e o Colégio de Calvão. A Câmara Municipal pediu ao Agrupamento de Escolas e Colégio de Calvão que fizessem um levantamento das necessidades dos computadores e dos routers necessários e fizesse chegar essa listagem à Câmara Municipal, que aliás já está feita e já foram distribuídas algumas das máquinas, não foram todos porque algumas famílias referidas pelo Agrupamento de Escolas tiveram capacidade financeira e adquiriram computadores. Entretanto, os computadores já foram entregues aos alunos e já estão a ser utilizados há algum tempo. Uma outra medida tomada, e muito importante, é a entrega de fotocópias a todos os alunos que tiverem necessidade. No 1ºCEB têm sido disponibilizadas imensas fotocópias. Em relação ao Bairro Dr. Pedro Guimarães a obra está prevista iniciar na segunda-feira e terá uma duração de oito meses. Em relação às questões do Tribunal de Contas sobre a obra de Requalificação e Ampliação da Escola da Quintã o senhor Presidente não tem presente as questões, mas é o documento que poderá ser facultado à Assembleia Municipal sem problema nenhum. Em relação à execução orçamental em junho haverá a entrada em tesouraria do valor do IMI e aí a execução será muito maior. A execução do Município não é dividida por doze meses, não é constante ao longo dos meses, há sempre variações. Para facilitar o pagamento às empresas a lei permitiu que se pudesse fazer o pedido de antecipação de um duodécimo e já foi feito, conforme consta da informação. Em relação às questões do senhor Deputado Óscar Gaspar quanto à questão do COVID o senhor Presidente está de acordo, os grupos municipais quiseram que ficasse previsto no Regimento alguns temas e o grupo municipal do PS deu andamento a um dos temas. Agora, não pode é impedir que o

Presidente da Câmara coloque no documento informação sobre o tema que sugeriu para discutir. Se não colocasse era acusado de não informar a Assembleia, portanto, a informação aqui colocada é a que seria colocada em qualquer circunstância. Em relação à questão que colocou sobre a VagosFM, e a qualidade do comentário fica ao critério do senhor Deputado, esclareceu que o Presidente de Câmara pode nomear duas pessoas para o seu Gabinete e recentemente, em fevereiro, ficou sem um dos seus adjuntos e, portanto, o lugar estava disponível. Entretanto, havia disponibilidade da pessoa que nomeou para vir ocupar o lugar e não foi feito nada que não esteja previsto na lei. A pessoa em causa não é familiar do senhor Presidente, é uma pessoa competente que considerou vir reforçar aquilo que são as necessidades do Município e foi feito tudo de acordo com a lei e com aquilo que são os princípios éticos. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

**----- PONTO DOIS: DEBATE DA ATUALIDADE SOBRE O TEMA "IMPACTO SOCIAL E ECONÓMICO DA COVID-19 EM VAGOS", SOLICITADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PS; -----**

----- O senhor Presidente da Mesa informa que cabe ao grupo municipal do PS, quem propôs o ponto, fazer a apresentação do tema. Entretanto, informou que neste ponto da ordem de trabalhos participará o Dr. Pedro Almeida, Diretor Executivo do ACeS Baixo Vouga. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir que o mundo está perante uma epidemia sete milhões de pessoas e já causou quatrocentas mil mortes. A situação apareceu de surpresa na Europa em finais de fevereiro e a verdade é que obrigou, basicamente a fechar a economia, a repensar serviços de saúde, levou a medidas de segurança únicas, as escolas encerraram. Em Portugal houve a situação inédita da declaração do Estado de Emergência e, portanto, o grupo municipal do PS entendeu que se este não seria um motivo para um debate da atualidade, qual é que seria. O grupo municipal do PS sugeriu ainda ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que convidasse o Diretor do ACeS Baixo Vouga, para que este seja um debate objetivo, construtivo e sério. Nesse sentido, considerou importante ouvir aqui a voz de quem coordena tudo o que são os cuidados de saúde primários no Concelho de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Mesa cumprimentou o Dr. Pedro Almeida, Diretor Executivo do ACeS Baixo Vouga, e informou de que o objetivo do convite que lhe foi endereçado é o de participar no debate sobre o "Impacto Social e Económico da COVID 19 em Vagos". Agradeceu a amabilidade e disponibilidade por ter aceite o convite para participar nesta sessão, apesar de estar de férias. O senhor Presidente da Mesa aproveitou a presença do Dr. Pedro Almeida e informou-o de que há um tema que tem sido amplamente discutido nesta Assembleia Municipal, que é a questão do Posto Médico de Covão do Lobo, e o grupo municipal do PS não levará com certeza a mal que se aproveite esta sua participação nesta sessão para lhe serem pedidos alguns esclarecimentos sobre o mesmo. Por dificuldades de ordem técnica, não foi possível estabelecer ligação com o Dr. Pedro Almeida, pelo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, voltou a dar a palavra ao grupo municipal do PS.-----



----- O senhor Deputado Óscar Gaspar retomou a palavra e voltou a referir que esta é uma pandemia absolutamente inédita com impactos muitos substanciais aos mais diversos níveis, só a nível de sistema de saúde foi um impacto enormíssimo. Segundo informação transmitida pela senhora Ministra da Saúde foram canceladas mais de quinhentas mil consultas de especialidade, mais de oitocentas mil consultas de cuidados de saúde primária, entre os quais mais de quatrocentas mil de enfermagem, ficaram por fazer mais de cinquenta mil cirurgias o que levou a um aumento de listas de espera. Tem também uma questão, que pode ter impacto positivo, que é reforço da telemedicina e a capacidade remota de atender as pessoas. Entretanto, ficou muito claro em Portugal, e na Europa, que poderia haver falta de equipamentos, ventiladores e EPI's. Há uma nova realidade que tem a ver com os testes COVID 19 quer com aqueles que foram feitos como com aqueles que ainda possam vir a ser feitos. Obrigou à reformulação completa da gestão das Unidades de Saúde, por razões diversas, desde a questão das quarentenas até à questão da acumulação de serviços e levou a estrangulamentos financeiros. Num primeiro momento, logo na segunda semana de março, ficou muito claro que a epidemia antes de ser um problema sanitário era também um problema em termos de economia e, portanto, ficou claro que era necessário resolver uma série de problemas tendo em conta que as empresas ficaram sem atividade e sem liquidez estando em causa postos de trabalho. Na opinião do senhor Deputado o Governo atuou num tripé que incidiu sobre medidas fiscais, medidas económicas e medidas de recursos humanos com dois objetivos: acautelar que as empresas aguentassem o embate de uma quebra de atividade, que em alguns casos foi de 100%, e em alguns casos foi mandatório o encerramento das atividades, e por outro lado garantir que as pessoas continuavam a ter rendimentos, estando em casa mas não deixavam de ter os meios de subsistência. O impacto orçamental e financeiro da COVID 19 tem sido absolutamente dramático. Há poucos minutos o Governo acabou de anunciar um orçamento suplementar e foi assim em toda a Europa. Percebe-se que há aqui uma nova realidade que obrigou, e bem a tomar novas medidas, e isso é que era essencial, mas também essas medidas também têm um impacto muito forte. Por outro lado, é bom que fique muito claro que em Portugal sempre se defendeu que esta era uma crise que se aplicava de forma simétrica nos diversos países e, portanto, também tinha de ter uma resposta simétrica do lado europeu. Portanto, não podia ser deixado cada Estado à sua sorte. Era necessária uma resposta europeia que para grandes problemas criasse também grandes e novas soluções. Na passada semana a Presidente da Comissão Europeia deu um passo, que no entender do senhor Deputado é histórico, primeiro com o Presidente Francês e a Chanceler Alemã e depois a própria Comissão Europeia, no sentido de garantir que vai haver um quadro financeiro plurianual reforçado até dois mil e vinte e sete e um programa de cerca de setecentos e cinquenta milhões de euros, dos quais quinhentos mil milhões a fundo perdido, como transferências e não com empréstimos que obrigam a novos condicionalismos da parte dos Estados. Há uma série de fatores novos nomeadamente um reforço na reindustrialização da Europa, um reforço na transição digital, um reforço também naquilo que é o *green deal*. Dito isto, o que é que se pode dizer sobre Vagos? E o que é que deve ser discutido? Antes de mais a pergunta direta para a Câmara Municipal é "*para além daquilo que foi feito, e foi*

*bem feito, e isso tem de ser registado, e o senhor Presidente já o pôs na informação do Presidente, qual é o plano?"* O plano neste momento é muito tem de ser muito mais do que a recuperação económica, do reforço da garantia dos rendimentos dos vagueses mais do que a questão sanitária, porque à partida estará bem resolvida. Qual é o plano? O que é que o senhor Presidente da Câmara pretende fazer para dinamizar a economia e sustentar os rendimentos dos Vagueses? Pergunta. Entretanto, questionou quanto é que a Câmara poupou com este surto? A festa de Vagos não foi realizada, o Metal Festa não será realizado, portanto, estar-se-á, com certeza, a falar de centenas de milhares de euros e era importante que esse dinheiro fosse claramente canalizado para o apoio da atividade económica. Da parte do grupo municipal do PS as perguntas são muito claras. O PS apresentou um conjunto de propostas no dia cinco de abril, a própria JS também enviou documentação no sentido de, por exemplo: a Câmara Municipal apoiar no pagamento de propinas aos estudantes do ensino superior que são de Vago; esta iniciativa de oferecer as fotocópias, a pouco referidas pelo senhor Presidente, que seja também extensivo aos estudantes universitários de Vagos; a realização do programa Vagos em Ação Júnior, porque à muitas atividades que podem ser preparadas. Entretanto, deixou um desafio à Câmara Municipal, ou seja, se de facto não está na altura de haver outro tipo de medidas. O protocolo assinado pelo NEVA foi muito positivo, eleva o apoio das empresas, mas justifica-se que haja um apoio mais direto e substancial às famílias vagueses. Houve uma Câmara Municipal que criou um fundo de emergência COVID 19 para diversos escalões de rendimentos, conforme o número de elementos do agregado familiar, e apoia na renda, nas despesas com eletricidade, gás, água, saneamento e resíduos sólidos urbanos. Este é um bom exemplo de apoio à população e pode muito bem ser repetido na Câmara Municipal de Vagos. -----

----- O Dr. Pedro Almeida, Diretor do ACeS Baixo Vouga, usou da palavra e referiu que foi com muito agrado verificar que o Centro de Saúde de Vagos se mostrou exemplar na questão do acompanhamento a este surto pandémico no Concelho de Vagos na assistência e na contenção daquilo que podia ter tido efeitos muito mais graves. As três Unidades de Saúde Pública, Vagos, Soza e Ponte de Vagos, foram exemplares no combate à COVID 19, trabalharam muito bem, articularam-se muito bem com o ACeS, não tendo sido necessárias grandes deslocações. Os interlocutores das três Unidades de Saúde foram sempre muito razoáveis e muito profissionais no tratamento da questão da COVID 19. A situação foi sempre sendo acompanhada e foram-se criando novas soluções em Vagos, criou-se uma área dedicada aos testes, quando foi necessário e quando foi possível. À medida que as medidas foram sendo mais eficientes na gestão dos processos foram sendo realizados mais testes. Houve sempre um acompanhamento aos utentes. As equipas nas Unidades de Saúde do Concelho de Vagos foram sempre capazes de ir respondendo às necessidades, foram efetuados rastreios quer a Lares, quer às creches, quer a todas Instituições que foram pedindo ao longo do tempo. É de todo um mérito, até para a Assembleia Municipal, reconhecer todo o trabalho desenvolvido pelas Unidades de Saúde de Vagos. Do distrito de Aveiro, Vagos foi o Concelho que esteve ao melhor nível e mostrou o melhor desempenho. O Dr. Pedro Almeida salientou também o apoio prestado pela Câmara Municipal de

Vagos. O ACeS nem sempre acompanhou todos os processos porque desde início sentiu uma enorme confiança nos interlocutores do Centro de Saúde e todas as reuniões que foram realizadas transmitiram uma certa razoabilidade na criação de recursos, por exemplo não houve exigências no aumento de recursos humanos, sem haver necessidade. Nos Centros de Saúde teve de haver alteração e criação de alguns circuitos que foram muito eficazes para o efeito. O que o ACeS pode dizer é que o Centro de Saúde de Vagos foi muito bom, a equipa está de parabéns. Não se sabe o que irá acontecer daqui para a frente, caso haja uma segunda vaga, porque se continuarem a haver casos de infeção por COVID 19 no país tem de haver muitos cuidados. A partir de setembro, outubro começam aqueles problemas com rinites, estados gripais, constipações, etc.... e ter-se-á, com certeza, de voltar a adaptar os centros de saúde novamente para estarem preparados para uma eventual nova vaga. A seguir a tudo isto passar, os cuidados de saúde primários nas diversas Unidades de Saúde do ACeS baixo Vouga vão ter de mudar, passar a funcionar de modo diferente, Concelho a Concelho terão de haver estruturas diferentes e sobretudo deixar de ser cada um por si, e centrar-se no nas suas unidades, e fazer como se fez agora com esta pandemia, e trabalhar todos em conjunto para um mesmo fim. Em Vagos, o que se está neste momento a trabalhar, vai ser criada mais um modelo assistencial no Centro de Saúde para atendimento a utentes só para as gripes. Anteriormente existia o atendimento complementar alargado que teve de ser reduzido, até para proteção das próprias equipas e face ao estado de calamidade e a necessidade de confinamento social. O objetivo é continuar a ter o horário mais reduzido e permitir que este novo acompanhamento complementar seja apenas para doenças não respiratórias. Entretanto, será criada uma solução para durante todos os dias da semana para atendimento a casos de sintomatologia respiratória no sentido de se conter em Vagos os próximos casos que possam surgir de COVID 19 e evitar que se desloquem à urgência. Com estas alterações pretende-se que o próprio Centro de Saúde da Vagos promova uma assistência mais eficaz à população de Vagos. Relativamente à reabertura do Posto Médico de Covão do Lobo o Dr. Pedro Almeida referiu que tem em mãos alguns casos deste género. Neste momento, em que o país se encontra em situação de calamidade, e há indicações muito próprias do Ministério da Saúde, da DGS e da ARS do Centro sobre este assunto. Esta questão estrutural de Covão do Lobo tem vindo a ser falada há algum tempo com a Câmara Municipal. A questão do Posto Médico do Covão do Lobo é que a USSP de Ponte de Vagos, que tem um polo em Covão do Lobo, infelizmente e de forma imerecida é quase uma unidade de frente de linha onde não se consegue fixar profissionais. A Unidade de Ponte de Vagos é uma unidade para cinco médicos e neste momento estão a trabalhar três médicos e quatro enfermeiras, quando devia ter cinco. Tem duas médicas e uma assistente técnica que estão de licença de maternidade. Esta Unidade vive sistematicamente com falta de profissionais de saúde. Ainda por cima como é uma unidade sem grande projeto de criação de constituição de USF é uma unidade permanentemente de passagem. Neste momento dos cinco médicos da Unidade de Saúde de Ponte de Vagos duas são do Porto e já avisaram que, apesar de gostarem muito de ali estar, vão concorrer ao próximo concurso de julho deste ano. Portanto a equipa de Ponte de Vagos e Covão do Lobo está sempre em rotação, como não há projeto

profissional para aquela unidade estão sempre de saída. Os médicos ali colocados são quase sempre do norte que estão ali de passagem até conseguirem colocação noutra sítio. Esta situação em Covão do Lobo é muito complicada de gerir porque nunca há profissionais, sequer, para assegurar a totalidade das necessidades em Ponte de Vagos. Mesmo as atribuições que eram ditas normais até há três meses atrás, a Ponte de Vagos tem imensas dificuldades para assegurar os serviços aos utentes daquela Unidade de Saúde, por falta de pessoas. Muitas das vigilâncias feitas na área da diabetes, por exemplo, são feitas esporadicamente por falta de profissionais. Portanto, ter-se-á de aguardar o fim do Estado de Calamidade para dar seguimento ao concurso de ingresso, que foi adiado, para tentar resolver situações deste tipo. Assim sendo, não há uma data concreta para a reabertura do Posto Médico de Covão do Lobo. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra para colocar duas perguntas. A primeira delas diz respeito aos cuidados de saúde primários e para tal porque é que não estão a ceder máscaras cirúrgicas aos doentes. A senhora Deputada tem conhecimento que o acesso de alguns doentes ao Centro de Saúde está a ser negado por não levarem máscara. A segunda questão diz respeito à segunda ou terceira vaga, que inclusivamente o Dr. Pedro já falou dela, e nesse cenário que é previsível prende saber se os serviços estruturados serão de modo a que se mantenha a assistência sequencial das áreas COVID e Não COVID. -----

----- O senhor Deputado Arlindo das Neves usou da palavra para perguntar o porque de estarem à volta de novecentos utentes da Gafanha da Hora inscritos no Posto de Saúde de Soza. Neste momento o Posto da Gafanha da Boa Hora tem apenas uma médica que está a meio tempo e com o número de utentes que tem já justificava um profissional de saúde e não tem. Porque? Pergunta.

----- O Dr. Pedro Almeida voltou a usar da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados Andreia Marques e Arlindo das Neves. Relativamente às máscaras é obrigatório que todos os profissionais de saúde distribuam máscara aos utentes à entrada, caso eles não tenham. Se isto não estiver a acontecer é favor avisar para que a situação seja resolvida o mais breve possível. O Director do ACeS, só precisa de saber quais são as Unidades de Saúde que não estão a respeitar essa norma para poder agir em conformidade. Em relação à reestruturação de serviços, no caso de uma nova vaga de COVID 19, será adotado o mesmo modelo seguido agora que correu muito bem em Vagos. As Unidades irão manter-se como estão, ou seja, está a fazer-se uma assistência presencial de 50% e uma assistência não presencial de 50%. O que se continua a aconselhar às pessoas é que primeiro contactem telefonicamente a Unidade de Saúde para que seja feita uma avaliação clínica, uma triagem. Depois, a partir deste primeiro contacto é verificada a necessidade de deslocação, ou não, à Unidade de Saúde para consulta presencial. Tem que se perceber que neste momento qualquer Unidade de Saúde é uma fonte de contágio e terá de se evitar ao máximo que as pessoas se desloquem a estes sítios. A reestruturação que se irá fazer não será alterar o que está feito até agora e sim criar mais um local para assistência à área de sintomatologia respiratória, febres, gripes, amigdalites, rinites. Tudo o que for deste foro terá um circuito próprio dentro da Unidade de Saúde de Vagos, e aí terão de ir todos os utentes do Concelho de Vagos ao Centro de saúde de Vagos de forma a evitar o contágio

nas Unidades de Saúde mais pequenas que têm salas de espera muito pequenas. Relativamente ao Posto de Saúde de Gafanha da Boa Hora a problema não é o médico. A questão é que a USF Vagos quando foi constituída comprometeu-se a assistir um determinado número de utentes e esse número já está cheio há bastante tempo. Muitas pessoas do Concelho de Vagos foram inscritas na USF de Vagos acabaram por preencher esse número rapidamente. Entretanto, nesse contexto foi feito um reforço na Unidade de Soza para começar a redistribuir os utentes do Concelho de Vagos. Há muitas pessoas da Freguesia de Soza e Ouca inscritos em Vagos que tapou as inscrições às pessoas da Gafanha da Boa Hora. Esse é processo que demora algum tempo, porque ninguém pode obrigar uma pessoa de Soza a inscrever-se em Soza. Neste momento, em Soza já estão quase quatro mil pessoas inscritas. O Dr. Pedro Almeida considera novecentos utentes da Gafanha da Boa Hora em Soza demasiado, mas na próxima semana irá confirmar esta informação junto dos serviços. O que está a ser feito é tentar que pessoas de Soza e Ouca inscritas em Vagos, passem para Soza, e libertem as vagas para que Vagos possa receber as pessoas da Gafanha da Boa Hora, porque para os profissionais de saúde fazerem domicílios é muito melhor. Mas é um processo moroso, porque não se pode obrigar as pessoas a fazerem essa mudança. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal pergunta ao Dr. Pedro Almeida que papel teve a Câmara Municipal em todo este processo. Solicita também um comentário acerca da atividade assistencial não COVID reduzida a 50% e a atividade assistencial já iniciou a sua retoma, nesta já se notou o aumento da procura. -----

----- O senhor Deputado Nelson Cheganças usou da palavra para perguntar se está prevista alguma intervenção, ao nível de arranjos, no Centro de Saúde de Soza porque o edifício está a precisar de alguma modificações e melhorias no que respeita à estrutura. -----

----- O Dr. Pedro Almeida retomou a palavra e esclareceu que o Centro de Saúde de Soza foi uma grande batalha sua quando chegou ao ACeS há três anos, porque desde logo percebeu que aquele edifício tinha grande potencial e estava completamente subaproveitado. Supostamente em um polo do Posto de Saúde de Vagos, mas ninguém a dianteira desse processo e foi sempre adiado. Entretanto, o processo foi resolvido e neste momento o Centro de Saúde de Soza tem três médicos a tempo inteiro. Há um projeto em Soza para construção de uma USF e aí serão necessárias algumas intervenções pontuais que têm estado a ser agilizadas com a Câmara Municipal. O objetivo é constituir uma USF Soza e Ouca, porque o edifício tem um potencial enorme. Em relação às primeiras questões, mesmo que as pessoas não se dirijam ao Centro de Saúde elas não podem deixar de ser atendidas. Este é um modelo completamente novo, os médicos e enfermeiros não estão habituados, e cada vez mais se vão apercebendo que há muitas coisas que se podem resolver por telefone sem necessidade de ser presencialmente, como por exemplo para ver umas análises não precisa de marcar consulta. Os médicos são formados para atender os doentes presencialmente, estar frente a frente com eles, mas têm-se estado a aperceber que para determinados assuntos não há necessidade, podem fazê-lo telefonicamente e assim evitar riscos para a própria saúde, porque um Centro de Saúde não está isento de riscos. A

atitude da Câmara Municipal de Vagos, para com os pedidos do Centro de Saúde foi sempre muito razoável, prestando-lhe um apoio incondicional. Houve uma questão muito importante por parte da Autarquia que foi a disponibilização de viaturas que permitiu o reforço da domiciliação nos cuidados com a população. Neste momento há mais médicos e enfermeiros para irem ao domicílio das pessoas e eram precisas viaturas e a Autarquia disponibilizou-as tornando todo este processo muito mais fácil. E depois, todas as intervenções, todos os materiais foi tudo muito razoável e a Câmara Municipal esteve à altura do momento, sempre disponível a colaborar em tudo nesta situação pandémica em Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, em nome da Assembleia Municipal de Vagos, a disponibilidade do Dr. Pedro Almeida para participar nesta sessão e deixou-lhe o pedido de continuar a tratar bem a saúde no Concelho de Vagos. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra e referiu que este debate sobre o impacto social e económico da COVID 19 terá, a seu ver, de começar com uma palavra de enaltecimento aos portugueses e em particular à população vaguense face ao seu comportamento exemplar de distanciamento social, sem esquecer o esforço de tecido empresarial e comercial na adoção de medidas de confinamento durante o Estado de Emergência. É de enaltecer, também, a resposta da Autarquia aos mais diversos níveis. É ao esforço dos vaguenses que se deve a mais baixa taxa epidemiológica da COVID 19 em todo o Distrito de Aveiro. Vaguenses, Autarquia e profissionais de Saúde travaram uma batalha numa guerra epidemiológica, batalha essa que os canais de informação do Governo e DGS deveria ter acautelado precocemente e não de forma reativa e tardia. Quando o senhor Deputado Óscar Gaspar diz que é com surpresa que o COVID chega à Europa a senhora Deputada acrescentaria que não, que não foi com surpresa, ela fez-se anunciar fora da Europa e dentro dela. Enquanto cidadã e profissional de saúde não pode aceitar que num cenário de guerra pandémica a proteção dos profissionais de saúde, e, por conseguinte, a população, não seja acautelada pela tutela, não havendo um planeamento e gestão precoce de equipamentos de proteção individual colocando estes profissionais à mercê de si e de donativos privados e institucionais, nomeadamente das Autarquias. Como é possível que a reserva nacional estratégica tenha demorado duas semanas a chegar ao Hospital de Aveiro. Consciente das necessidades sentidas na linha da frente a Câmara Municipal rapidamente disponibilizou EPI's às IPSS's, Forças de Segurança e ao Sistema Nacional de Saúde. Hoje a câmara Municipal implementa um conjunto de medidas de apoio social e económico descritas na informação do senhor Presidente e algumas delas já foram referidas aqui. Na fase atual em que o país se encontra a sociedade e a economia têm de se reinventar para coexistirem com a COVID 19 e com o resto da coexistência da sociedade. Entretanto, deixa uma questão ao senhor Presidente da Câmara, qual o impacto financeiro previsto para o Município no que diz respeito ao impacto da COVID 19. Para terminar referiu que estando prevista uma nova vaga no Outono, parece que o já desinvestido Sistema Nacional de Saúde e em particular os cuidados de saúde primários terão então de se reinventar e deixar para trás os cuidados existenciais aos doentes Não COVID, porque não se pode focar só nos doentes da COVID e esquecer todas as outras doenças. Hoje, mais do

que nunca, é imperativo que se olhe para o Sistema Nacional de Saúde como um pilar da sociedade. Está nas mãos do Governo não só “bater palmas” e prometer recursos humanos, mas colocar em prática um investimento efetivo. -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e começou por saudar o grupo municipal do PS, por ter trazido este tema a um debate sério e de extrema importância e pela apresentação que o senhor Deputado Óscar Gaspar fez. Contudo, quem ouviu a apresentação e não perceber vai perguntar-se, “*mas o que é que nós temos a ver com aquilo?*” Na intervenção que vai fazer vai fazê-lo enquanto Presidente de uma IPSS, enquanto contabilista certificado, esteve à par das microentidades ao longo destes três meses, porque não é possível distanciar-se da posição local. Saúda também as medidas positivas que o Governo apresentou e aplicou, pois foram uma rede, provavelmente, de saltos mortais que estiveram por trás das empresas e da maior parte dos doentes. Mas como é óbvio, e reconhecendo que se está numa situação de exceção, e é difícil tomar decisões nestas condições, nem tudo foi perfeito. O Governo fez comunicações através da comunicação social, lançava temas sem nada de concreto, havia por dia uma série de peritos na televisão que nunca ninguém tinha ouvido falar a dar opiniões. Exemplo disto é a data de abertura das creches e escolas, foram indicadas uma série delas e o senhor Deputado chega a definir esta situação como “*criminosa*” para as famílias, devido à ansiedade que criou nas famílias. Depois a confusão com os testes, ou seja, as creches não podiam abrir sem se fazerem os testes aos funcionários, mas, entretanto, não havia testes em nenhuma IPSS. Foram definidas uma lista de medidas avulsas, sem uma linha orientadora, com uma distribuição de dinheiro por uma série de situações. Ainda ontem se viu o acréscimo excepcional do abono de família, que concorda, mas que, por exemplo, diz que os funcionários públicos também vão ter este acréscimo. A questão é que os funcionários públicos não perderam rendimento e está-se mais uma vez a distribuir dinheiro um pouco de forma desordenada e, depois, todos terão de pagar esta fatura. Tem de se proporcionar às famílias este sossego depois do que se está a passar. Em relação aos EPI’s a instituição que preside teve do Governo seiscentas luvas, que teve de ir buscar a Macinhata do Vouga, e não teve máscaras nem mais nada, não teve mais nenhum apoio. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que no seguimento da apresentação do senhor Deputado Óscar Gaspar há que concentrar mais no futuro. É importante perceber se este apoio da Comissão Europeia não terá consequências menos boas para as contas do país. A ver vamos se esta bazuca de Bruxelas que se apregoa não é pólvora seca e se os apoios chegam efetivamente a quem precisa. Não só às grandes empresas, mas também ao pequeno comércio, às micro empresas. Seria importante que o Governo PS não desperdice um apoio, a concretizar-se, sem precedentes. Os portugueses têm exemplos do passado de dinheiros vindos de Bruxelas que deveriam ter sido utilizados para aumentar a competitividade das empresas e do próprio Estado Central, mas que com tanta burocracia e más canalizações dos mesmos não passaram de oportunidades desperdiçadas. A ver se desta vez as coisas correm melhor a esse nível e que daqui a uns anos não se ande com comissões de inquérito para tentar perceber como foi gasto o dinheiro. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra e começou por manifestar as condolências a todos os portugueses que faleceram devido à COVID 19. Entretanto, congratulou todos os Vaguenses pelo comportamento durante este período de pandemia, o grupo municipal do PS por ter proposto este tema para ser discutido aqui na Assembleia Municipal, a Câmara Municipal pela forma como atuou, nunca deixou de ter um comportamento preventivo o que se mostrou efetivo e com resultados, apesar de algumas críticas. Deixou um agradecimento a todos os profissionais de todas as áreas e às empresas que cederam EPI's às Unidades de Saúde, pois estas entidades do Concelho de Vagos não tinham esse tipo de material para usar. Agora, a partir daqui, é fundamental apoiar as empresas, a receber o dinheiro do lay off, e os trabalhadores portugueses. Não pode deixar de referir os enfermeiros que receberam sessenta euros ao fim do mês, depois de terem de ir para casa infetados pela COVID 19. As principais preocupações do senhor Deputado são a qualidade de internet, principalmente para os alunos, a ter aulas a partir de casa, e para as empresas, para os trabalhadores que estão em teletrabalho. Relativamente aos Centros de Saúde, atuais e futuros, o que o preocupa são as condições insuficientes para todos os utentes. Economicamente é importante perceber se a verba disponibilizada pela Comissão Europeia é suficiente e se vai, efetivamente, chegar à população e às empresas. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que o Concelho de Vagos, e o país, passou por momentos extremamente complicados e não podia deixar de agradecer, a título particular, ao Município, porque sendo um profissional de saúde nos cuidados de saúde primários a ligação que houve com a Câmara Municipal foi muito grande e o apoio por ela prestado quer em relação aos EPI's quer em relação às viaturas. Em relação às viaturas seria importante permanecerem até para além daquilo que foi pensado inicialmente. O INE refere que 92% das empresas já se encontram em atividade, 7% estão temporariamente encerradas e 1% encerraram totalmente. Destas 92% que se encontram em atividade algumas que ainda não iniciaram estão, essencialmente, identificadas no alojamento e na restauração e já se imagina o que é que acontecerá daqui para a frente. Estas empresas não iniciaram atividade porque infelizmente existe falta de disponibilidade de EPI. Portugal tem tentado adaptar-se mas não é fácil, as pessoas não se prepararam, mas também não se sabe se era possível, tão rapidamente como era necessário, quer em termos de espaço público, na área da saúde, em algumas unidades, é extremamente complicado fazer o reajuste, quer em termos de todos os custos inerentes que esta retoma à atividade poderá trazer. Em Vagos não tem conhecimento do panorama em termos da retoma de atividade da indústria, mas preocupa-o, particularmente, o desemprego. Apesar das taxas de desemprego ainda não o refletirem o desemprego irá aumentar e isso é mau e os agentes de cariz social terão de dar apoio muito maior daquele que tem sido feito hoje em dia. Neste sentido, relembra que o papel das Juntas de Freguesia, pela sua proximidade, tem de ser muito valorizado. É extremamente importante articular os pedidos de apoio, e neste momento já há pessoas a dirigirem-se à Junta de Freguesia porque estão com imensas dificuldades em adquirir bens de primeira necessidade. Tem de se começar a repensar aqueles que vão ser os próximos meses. Em relação a uma possível segunda vaga da pandemia o senhor Deputado está convencido que ela irá



acontecer, independentemente de ser COVID 19 ou outra coisa qualquer. Agora, nada será como dantes, a atividade assistencial, que já aqui foi falada, à saúde de cuidados primários vai ter de ser reorganizada e terá de ser repensado aquilo que se vai fazer daqui para a frente. Como profissional de saúde refere que estão a ser feitos todos os possíveis para reajustar a atividade e não deixar ninguém sem ter acesso aos cuidados de saúde. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que este é um daqueles assuntos que merece uma articulação entre todos, incluindo partidos políticos. Isto aconteceu de forma muito óbvia a nível nacional e também é, com certeza, possível a nível local e, por isso, é que a Concelhia do PS enviou propostas e algumas foram acolhidas o que é de salutar. E é importante que assim continue, porque tem de se começar a olhar para o futuro também numa lógica de articulação entre os partidos neste domínio. Infelizmente a Deputada do PSD diz que está tudo muito mau, numa intervenção mais partidária, mas a verdade a nível da nossa região também houve um empenho nacional, incluindo o reforço de vinte e sete profissionais de saúde no Centro Hospitalar do Baixo Vouga neste período e é evidente que a atribuição de determinado tipo de materiais foi acontecendo à medida da sua disponibilidade. Por ventura, existem ainda muitas pessoas que, vivendo noutra galáxia, ainda não perceberam que isto se tratou de uma situação excecional. Mas a verdade é que temos bons indicadores, quer a nível nacional como também ao nível regional e local e o mérito é de todos, desde aos cidadãos, aos profissionais de saúde, as Autarquias, o Governo, a Presidência da República, os partidos políticos. O senhor Deputado Bruno Julião esclarece a senhora Deputada do PSD que quem disponibilizou os EPI necessários não foi só a Câmara Municipal mas sobretudo grupos de cidadãos vaguenses e isso é que é de salutar e de evidenciar. E olhando para o futuro, e uma vez que a Câmara Municipal também não interveio, o senhor Deputado questiona se há algum plano específico para a época balnear tendo em conta o aumento de risco que o período vai trazer para zonas onde haverá, inevitavelmente, maior circulação. O senhor Deputado pareceu-lhe ter ouvido do Deputado Nuno Moura que o COVID 19 deu muitos salários a membros do Governo e pergunta se ele tem coragem de repetir e concretizar a observação. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e começou por responder a uma questão colocada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar no ponto um da ordem de trabalhos, que por lapso não o fez. Assim sendo esclareceu que o projeto de Requalificação do Palacete Visconde de Valdemouro havia sido aprovado em dezembro e lançou-se a candidatura à empreitada quando os serviços da Câmara Municipal o puderam fazer. Com esta situação do COVID alguns serviços tiveram parados e além de tudo haviam prioridades que se decidiu estabelecer na contratação pública e, como é óbvio, a obra de Requalificação do Palacete deixou de se tornar uma prioridade. Quanto à pandemia, a COVID 19 está na Europa desde janeiro a DGS chegou a afirmar que este vírus jamais chegaria à Europa e mesmo depois de chegar, no entender do senhor Presidente, não se tomaram as devidas cautelas. Não corresponde à verdade que o Baixo Vouga foi dos sítios mais ajudados do país, antes pelo contrário, foi dos sítios mais abandonados do país, nomeadamente quanto à distribuição de equipamentos de proteção e dos testes. Ainda assim

foram feitas muitas coisas boas, e não vale a pena estar a valorizar o trabalho do Município, mas neste processo todo há muitos rostos visíveis, mas também há muitos outros que não são visíveis. Neste sentido, deixou uma palavra de apreço aos funcionários da Câmara Municipal que foram impecáveis neste processo, aos funcionários e executivo das Juntas de Freguesia que também intervieram numa questão importante, pelo menos até há bem pouco tempo, que foi a questão da desinfeção dos espaços públicos. Quando ninguém queria sair de casa havia muita gente a trabalhar à noite para cuidar de todos, pelo menos é assim que se pensa. Mas, para além de tudo aquilo que já foi dito, houve um conjunto de funcionárias assistentes operacionais do Município, que na situação pior responderam à chamada do Presidente da Câmara e foram colocadas no Centro de Saúde e nas IPSS's a dar apoio, nos sítios mais difíceis do combate. No fundo foram chamadas para ir para a frente de batalha e essas pessoas souberam ter a coragem de assumir esse desafio. O papel que a Câmara Municipal teve neste processo, unanimemente já foi reconhecido, mas não é por isso que o Executivo da Câmara se vai vangloriar e não fez mais do que a sua obrigação. Há coisas que são obrigação do Município e responder e estar na linha da frente era uma das suas obrigações, às vezes com dificuldades, às vezes sofrendo injustiças, às vezes tendo alguma dificuldade em separar aquilo que são as intervenções mais políticas daquilo que é a real necessidade da população, mas ainda assim, genericamente, esteve tudo muito bem. Por isso é que, com algum orgulho, neste momento se pode afirmar que graças ao trabalho realizado por todos a situação epidemiológica de Vagos é a melhor, em termos percentuais, do distrito de Aveiro. Em relação ao futuro há aqui mais obrigações por parte do Governo e da Administração Central do que propriamente da Autarquia, mas não deixa de ter aqui o seu papel e não deixará de responder àquilo que são as questões fundamentais, de terem resposta no âmbito Municipal., nomeadamente naquilo que aqui foi referido pelo Deputado Bruno Julião em haver um plano especial para a época balnear que está já a ser preparado com a ARH Centro. A época balnear no Concelho de Vagos irá abrir no dia vinte de junho com relativa normalidade, e com algumas regras, conseguindo assegurar nadadores salvadores, conseguindo assegurar um conjunto de situações que há um mês atrás “navegavam num mar de incertezas”, mas neste momento a situação em Vagos é de estabilidade e estão reunidas todas as condições para abrir a época balnear. Isto será muito importante para trazer pessoas para o Concelho. Não menos importante será preparar os estabelecimentos comerciais para responder a este acréscimo de pessoas que vai haver. A maior parte está fechada desde Março e é muito importante que se adaptem. A Câmara Municipal disponibilizou cerca de noventa mil euros ao NEVA e uma das medidas tomadas em conjunto foi permitir que este pequeno comércio local pudesse ter candidaturas ao programa ADAPTAR. Infelizmente o programa ADAPTAR fechou, irá reabrir em breve, e Vagos já tem cerca de duas dezenas de candidaturas prontas para entrar. Já foram entregues cerca de uma dezena no primeiro período. Por fim, cabe também à Autarquia continuar o trabalho que tem vindo a fazer na captação de investimento. Não é por acaso que o Concelho de Vagos é um dos que tem uma menor taxa de desemprego. Há pouco o senhor Deputado Bruno Julião referiu uma informação, à qual não se deve dar muito destaque, porque há coisas que

devem ser mantidas em segredo, mas é esse o papel da Câmara Municipal, em conjunto com o Governo, de captar novos investimentos. E é isso que a Câmara Municipal de Vagos quer fazer, por exemplo a UNIBIKE, unidade industrial que está a ser construída no Parque Empresarial de Soza, já anunciou a duplicação do número de funcionários na sua empresa. São este tipo de medidas que é preciso acompanhar, saber em que medida é que Câmara Municipal pode ajudar mas não é à Autarquia que compete injetar dinheiro na economia, essa é uma competência do Governo. Esse muito dinheiro que vem da Europa espera-se que não sejam só números e entre de facto na economia real, porque a economia bem vai precisar. Na economia local há que haver a consciência que é preciso que a Câmara Municipal invista, em conjunto com as Juntas de Freguesia, em pequenos investimentos para dinamizar a economia local e, por isso, o senhor Presidente defende que a regra que existe, neste momento, de cercear, de limitar só a 20% o endividamento das Autarquias locais deve ser alterada. Numa capacidade de endividamento que se tem de cerca de cinco milhões de euros só se pode utilizar um milhão de euros por ano e é importante que o Governo permita às Autarquias cumprir aquilo que está na lei das Finanças Locais. Naquilo que se discutir sobre o futuro não se pode de forma nenhuma esquecer aquele apoio que se tem de continuar a dar às IPSS's, à Misericórdia, porque esse apoio social é fundamental para que haja equilíbrio no Município. O senhor Presidente é frontalmente contra sobre o conceito de dar tudo a todos. À Câmara Municipal e aos organismos públicos compete dar a quem precisa o máximo que se conseguir. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em relação ao tema da COVID ouviu o que disse o senhor Presidente, registou o que disse, mas não se ganha nada em partidizar a questão e todos se devem focalizar no que é importante. Ainda na semana passada quando foi anunciada a questão do Programa de Estabilização Económica e Social há uma série de apoios de obras de proximidade, nomeadamente Escolas. Há uma série de regras em relação à revisão da forma de cálculo das transferências do orçamento de Estado para os Municípios exatamente para fazer face a esta pandemia. Portanto, todos estão alinhados no sentido de acautelar que o financiamento chegue onde é necessário. Agora, como é óbvio, não pode haver aqui uma liberdade de endividamento das Autarquias, porque não se pode permitir que a Autarquia se endivida até ao seu limite, no próximo ano há eleições Autárquicas e pode haver um novo Presidente da Câmara e ter financiamento zero. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 02 de abril de 2020. -----

----- **PONTO TRÊS: PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DE FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS (PMDFCI) – 2019-2028 – APROVAÇÃO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização à Mesa para ser o Eng.º António Oliveira da empresa OFA - Organização Florestal Atlantis, o consultor externo que elaborou o plano, para fazer a apresentação. O senhor Eng.º António fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. No

final da Apresentação tanto o senhor Eng.º como o senhor Presidente da Câmara disponibilizaram-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por agradecer a apresentação que foi feita e referiu que não sendo especialista na área, fez um esforço para fazer a melhor abordagem possível a este tema. O Plano foca-se, obviamente, naqueles objetivos importantes que foram referidos: a redução de número de ocorrências e redução de número de área ardida no Concelho de Vagos. No entanto, é importante nunca esquecer tudo o que se falou e que é este Plano é para proteger também pessoas, a natureza, habitações, propriedades, empresas, ou seja, de tudo um pouco. Em primeiro lugar o que percebeu é que este Plano tem uma vigência de dez anos e custa-lhe a acreditar que se irá manter atualizado porque muitos dos dados utilizados, que são com certeza os que estão disponíveis, já não são recentes e daqui a dois, três anos será pior, mas são os que existem e, portanto, os que podem ser utilizados. Por outro lado, esta vigências dos dez anos também custa porque está-se a viver momentos em que é necessário estarmos-nos permanentemente a adaptar a uma maior agressividade e volatilidade do clima. Há situações que podem ocorrer que fazem com que se olhe para as coisas de maneira diferente e porque se precisa de outras estratégias, aproveitando, permanentemente, as boas práticas e as estratégias acolhidas por outros Concelhos, espécies novas para a proteção da natureza aproveitando os planos de apoio do Estado ou adaptando-nos em resultado de alguma situação mais trágica que possa ir ocorrendo. Do que entende há Planos Operacionais Anuais e de um ano para o outro podem ser adaptados às necessidades. Estes indicadores são os habituais neste plano, pelo que percebeu, as sugestões técnicas também são as habituais, e talvez por isso o Plano tenha obtido um conjunto de pareceres positivos das entidades. Os objetivos são os de âmbito nacional. No entanto, importa referir que há Municípios que fazem abordagens complementares, e que tem de ver, por exemplo, com o reforço de diversificação das espécies e, para saber, cada vez mais a defesa dessa abordagem, a necessidade de se criarem condições para que seja possível introduzir espécies mais resilientes aos incêndios. A partir de algum tempo haverá apoios do Estado Central a esse Plano e o senhor Deputado pergunta se os Planos Operacionais Anuais podem considerar essa hipótese. Outra abordagem complementar tem a ver com o envolvimento da sociedade civil e do associativismo na definição dos Planos Anuais, na implementação de estratégias de sensibilização ambiental, na plantação, etc... e pergunta, mais uma vez, se também nestes casos os Planos Operacionais anuais podem considerar essa hipótese. Ao mesmo tempo é importante ir-se estando atento às candidaturas que podem acontecer a nível nacional. Entretanto, o senhor deputado aproveita para perguntar qual o ponto de situação relativo à situação habitual das Autarquias, que é responsável pela Proteção Civil Local, com vista a acautelar a época dos fogos, no que respeita à limpeza das faixas de proteção e à verificação do funcionamento, verificação se as bocas de incêndio, entre outras questões. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que teve a possibilidade de fazer parte da elaboração do Plano, apesar de ter havido uma primeira reunião para a sua definição que não correu como seria expetável. Este Plano é muito importante, quer no planeamento quer na

vertente da eficácia da operacionalidade de várias atividades ligadas à prevenção. A definição destas faixas de gestão são rede primárias, secundária e terciária e cumprem, de facto, um papel extremamente importante na prevenção dos incêndios. Mas e muito importante envolver as comunidades que vivem junto às áreas florestais. Sabe-se que a sensibilização da população para evitar as atividades de risco elevado é fundamental, porque só cidadão informados e motivados para estas situações é que poderão contribuir para diminuir os riscos elevados que existe. Todos os anos a Freguesia de Ouca é “beneficiária” de uma série de fogos no lugar de Tabuaço. A promoção/divulgação das boas práticas é essencial e ter-se-á de trabalhar muito bem esta vertente com a Câmara Municipal. Na última reunião ficou definido que se iria trabalhar esta vertente preventiva, não só pela questão da intervenção, com uma organização do Concelho, a Charcos & Companhia. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das vinte e duas horas e dez minutos ausentou-se da sessão a senhora Deputada Elisabete Pequeno. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados. Relativamente à vigência do Plano não é a Câmara Municipal que opta pela vigência de dez anos, ou seja, deriva da lei e é assim que esta determina e tem de se cumprir. Os Planos são feitos cumprindo todos os preceitos que a lei exige. Estes planos são feitos para proteger as pessoas, mas também é importante proteger as pessoas dos Planos. Infelizmente este processo não correu conforme seria correto, porque houve aqui um comportamento por parte do ICNF de lamentar e que atrasou este processo. Caso se tivesse ido pela versão inicial do Plano as pessoas ficariam prejudicadas, e ainda assim são estes milhões de hectares de área que é necessário limpar, se não fosse feito este trabalho. Este Plano, além de tudo, é realista e protege as pessoas e as pessoas do Plano, portanto, há aqui uma duplicidade. Em relação ao reforço da diversificação das espécies, e à participação da sociedade civil, nesta comissão para além das Juntas de Freguesia, os Bombeiros, a GNR participa também a Charcos & Companhia. Na última reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi absolutamente surreal, porque todos os intervenientes estiveram a tentar sensibilizar o ICNF para algumas coisas. A floresta do Concelho de Vagos se não for preparada, se não for utilizada há de acabar por morrer e, por isso, é absolutamente fundamental que o ICNF seja mais rápido a dar resposta às solicitações. O tempo que demora a responder é tanto que houve um pedido de uma pessoa interessada em plantar pera abacate à volta da Zona Industrial de Vagos, que é uma espécie de copa larga, que ajudaria proteger aquela área, que quando deu uma resposta já o interessado tinha desistido. O ICNF demorou anos a responder a esta pessoa. É preciso que para além de todo o esforço que a Câmara Municipal faz, nomeadamente ter assinado um protocolo com a Associação do Baixo Vouga que no caso da constituição de áreas conjuntas, áreas agrupadas de produção florestal, que o Município possa fornecer árvores de espécies autóctones para serem utilizadas nesses agrupamentos e poder contribuir para uma diversidade de espécies. Já foram feitas várias candidaturas, que constam da informação do Presidente à assembleia Municipal, a espécies invasoras, nomeadamente a acácia. A Câmara tem tentado dar o seu esforço e empenho junto das

entidades competentes, nomeadamente o ICNF. Agora, é absolutamente urgente que o ICNF mude de postura, porque tem sido um entrave ao verdadeiro aproveitamento florestal dando, aliás, um péssimo exemplo na área que é de sua gestão no Concelho de Vagos. Quando há uns anos atrás alguém criou toda aquela mancha florestal e a colocou dividida por talhões foi com algum objetivo. O objetivo é que ela seja rentabilizada do ponto de vista económico. Há quantos anos é que não se vêem cortes na floresta do Concelho de Vagos? Perguntou. Cortes esses que poderiam rejuvenescer a floresta. O último que houve foi um pedido que a Câmara Municipal fez ao ICNF antes dos incêndios de dois mil e dezassete para aumentar o perímetro de proteção `Zona Industrial. Esse corte foi feito dois anos e tal depois do pedido, porque foi quando teve autorização do ICNF. Enquanto se tiver um ICNF que em vez de ajudar só atrapalha neste processo da boa gestão florestal não se vai a lado nenhum, por muitos planos que se façam a nível Municipal. O ICNF precisa de mudar de atitude muito rapidamente. Quanto à questão das limpezas até trinta e um de maio, este ano o prazo foi alargado por causa da pandemia, era responsabilidade e obrigação dos proprietários, e continua a ser, mas a partir daqui a Câmara Municipal pode-se fazer substituir aos proprietários. A Câmara Municipal já está a identificar proprietários e a proceder às suas notificações. A Autarquia no ano passado fez a limpeza de milhares de hectares de rede primária e este ano irá faz-lo novamente. Há um problema grave que é a falta de fornecedores deste tipo de serviços. No início começou-se com três fornecedores e neste momento só há um a trabalhar. A Câmara Municipal está muito empenhada em que não haja mais nenhuma desgraça no Concelho de Vagos para além daquela que já existe com o COVID. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 24 de maio de 2020. -----

----- **PONTO QUATRO: CONTRATO DE GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO “SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA” – DGF 01 CPI/2020 – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL– AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal pediu autorização para ser o senhor Vice-Presidente, Paulo Sousa, a falar sobre este ponto. O senhor Vice-Presidente fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. No final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir que este é um bom tema de discussão e é uma boa matéria. De facto, é muito importante atualizarem-se as luminárias e fazer-se aqui um investimento. Isto conjuga aqui três fatores muito importantes: um melhor serviço, melhor qualidade da luz; contribui para melhorar o ambiente; cria eficiência. Este mecanismo de concurso, à partida, garante que haja escrutínio sobre este investimento e, portanto, tudo aponta que este é um bom processo. As dúvidas do senhor Deputado prendem-se com alguns processos que têm sido desencadeados noutros Municípios e para os quais chamaram à

atenção. Perguntou como é que foi feito o inventário, se há identificação ponto a ponto ou não. Dizem que em alguns casos há referências no caderno de encargos, mais ou menos 10%, e é neste valor que jogam as propostas mais competitivas. Por outro lado, sobre a manutenção fica claro como é que é feita a manutenção das luminárias e pergunta se é limitada às luminárias ou também inclui outro tipo de equipamentos, nomeadamente os postes. Há muitas situações em que os postes têm dezenas de anos e fica-se na dúvida quem é que faz a sua manutenção, nomeadamente estando a falar de uma entidade que nada tem a ver com aquela que hoje em dia explora essa iluminação. Questionou também sobre a medida da poupança, quis saber se é feita tendo em conta o histórico, e a projeção face ao histórico, e se é aí que depois se calculam os 15%. Sobre a taxa média de avaria a ideia que existe é que se terá um esquema mais atuante e mais eficiente. Neste momento, essa situação só existe por denuncia quando alguma coisa não funciona bem, o sistema não é automático. -----

----- O senhor Deputado Tony Almeida usou da palavra e referiu que este concurso vem no seguimento do que a Câmara Municipal tem seguido no sentido da eficiência energética, e este é só mais um passo. Este processo consiste na substituição de luminárias e tem grandes impactos sejam económicos e ambientais. O senhor Deputado perguntou como é que as poupanças estão a ser avalizadas, isto é, não vai haver prejuízos na qualidade do serviço em termos de quantidade de intensidade luminosa e quantidade de luminárias. No fundo quer saber como é que vai ser feita esta gestão da poupança. Relativamente à questão dos passadiços o senhor Deputado pergunta porque é que não foram colocados leads logo de início. -----

----- O senhor Vice-Presidente voltou a usar da palavra para responder às questões colocadas. Relativamente à primeira questão, a Câmara Municipal sabe o número de luminárias que tem e as potencias em cada circuito da iluminação pública. Esse levantamento foi feito porque só assim se podia ter garantias para que o contrato seja bem executado. Os 60% e depois os 15% de poupança são garantidos, se não conseguirem fazer esta poupança a empresa que ganhar terá de ressarcir a Câmara Municipal. Eles é que terão de arranjar formas de cumprir esta cláusula do caderno de encargos. Quanto à manutenção esta inclui apenas as luminárias, toda a restante manutenção ficará na mesma a cargo da EDP. A manutenção dos postes não entra e caso haja postes com problemas pedir-se-á a substituição à EDP. No que respeita aos 15% de poupança o que diz a lei é que são no mínimo 10%, mas no caderno de encargos deste concurso foi-se um pouco mais além. Atualmente a EDP não tem sistema de telegestão nem tem formas de detetar automaticamente as avarias e tem uma forma e prazo de respostas que nem sempre vai de encontro aos interesses da população e a Câmara Municipal anda sempre a pressionar a EDP por isso. Com este novo sistema já há forma de saber, alguns locais, *on line* onde é que a avaria existe. Nos locais onde não for possível tem de se estar com atenção para se ir avisando e ser substituído. Mas de certeza que o sistema ficará mais eficiente e ir-se-á ter menos tempo de reposição de serviço das luminárias. A qualidade do serviço não irá ser afetada, porque há valores mínimos que têm de ser cumpridos, antes pelo contrário irá haver uma melhor qualidade na iluminação pública, tanto a nível de iluminação média como a nível de uniformidade. Quanto ao led

nos passadiços foi uma candidatura, era a proposta, era o que estava. Na altura, há uns anos atrás, o senhor vice-Presidente ainda não estava totalmente convencido do led, porque ainda tinha alguns problemas com a temperatura de cor. Entretanto, foi aumentada a temperatura de cor, equiparada à luz do dia, que não fere e é melhor para as vias e serve como iluminação decorativa.

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 28 de maio de 2020. -----

----- **PONTO CINCO: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2019;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e sobre o documento da Prestação de contas referiu que a execução do orçamento é o que é e “os números não enganam”. Na página dezasseis há uma referência que o grupo municipal do CDS-PP considera preocupante, que é fechar o ano de dois mil e dezanove com dívidas a terceiros de curto prazo com um aumento de 17%, passando de seis milhões para sete milhões de euros em apenas um ano. Mais à frente o documento refere que o total da dívida do Município cresceu praticamente 10%, passando de doze milhões para treze milhões. A verdade é que mesmo assim promete-se muito quando se apresentam os orçamentos no ano anterior, mas, depois, infelizmente, vem a realidade quando se chegam aos valores apurados da execução efetiva do orçamento. A informação do senhor Presidente entregue a esta Assembleia Municipal a vinte e sete de dezembro de dois mil e dezanove, a fechar o ano, a execução ao nível da receita era de 64%, ao nível da despesa perto de 60%, muito longe dos quase 80% apresentados no documento final, números estes retificados e auditados, obviamente, que não é isso que está em causa, é mais a execução propriamente do que se promete e depois do que se concretiza. É como que se o Executivo promettesse construir uma urbanização com dez habitações e chegasse ao fim do ano e só fizesse cinco ou seis, na melhor das hipóteses deixando quatro prometidas por fazer. Isto não é novidade para ninguém, acontece ano após ano, infelizmente para todos os Vaguenses. Como se sabe o ano de dois mil e vinte não vai ser fácil, tem-se a garantia que as despesas afetas a toda esta situação da pandemia não irão contar para as contas do Município, mas mesmo com estes constrangimentos é importante que o Executivo fosse mais rigoroso na concretização das metas a que se propõe quando apresenta os orçamentos. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e fez uma apresentação em formato power point, partilhada com todos os senhores deputados, que ficará anexa à presente ata. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que ficou muito surpreendido com a análise que quer o CDS-PP quer o PS fazem a este documento. É que se por um lado costumam dizer que a Câmara Municipal não faz investimento, não faz intervenções no Município, a verdade é que não se fazem, “filhoses sem farinha e sem água”, Para haver investimento e para haver



intervenção é necessário gastar dinheiro e, depois, obviamente que se aumenta o endividamento. Mas o aumento de endividamento em Vagos está perfeitamente justificado, até porque se recorre a créditos como se sabe e a Assembleia Municipal aprovou. Por outro lado, o endividamento que se vai tendo no país normalmente é por má gestão e por situações que ainda hoje os Tribunais têm de tentar resolver para ver se não existe muitas mais situações como aquela de *“algum Sócrates que passou por lá, por exemplo.”* Por outro lado, o senhor Deputado não se deu conta de ouvir o senhor Presidente da Câmara fazer uma promessa aos Vaguenses que ainda não tivesse cumprido. O programa eleitoral que o PSD apresenta nas eleições é para quatro anos e ainda falta algum tempo para terminar o mandato e, portanto, ainda há tempo para se realizarem as obras que se prometeram realizar. Se os senhores Deputados fizerem o trabalho de irem ver o programa eleitoral que foi apresentado pelo PSD nas anteriores eleições ele foi praticamente cumprido em 90%. Não foi na totalidade, faltaram alguns pormenores, que passaram para este mandato, mas cumpriu-se 90% do programa. Portanto, é preciso calma porque ainda falta algum tempo para acabar este mandato e o senhor Deputado não tem dúvidas de que o Executivo Municipal irá cumprir na grande maioria as intervenções que prometeu realizar neste mandato e que fazem a diferença na vida dos Vaguenses, e não tem dúvida de que o trabalho realizado é reconhecido por todos os habitantes deste Concelho. -----

----- O senhor deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que a Prestação de Contas é uma medida imprescindível para quem faz a gestão de um órgão Autárquico, precisamente porque traz transparência para a Administração Pública que é algo que os cidadãos querem para saberem se é feita uma gestão eficiente e sabem utilizar os recursos da maneira mais adequada. Todos sabem que isto é um processo que não consiste apenas em preencher formulários e demonstrações financeiras, apresentar documentos e extratos bancários. É muito mais do que isso, é tentar provar, ou não, se foi conseguido cumprir de uma forma clara e correta as metas e etapas e todas as fases previstas no orçamento aprovado em Assembleia Municipal por maioria. E hoje está-se aqui a discutir a Prestação de Contas de 2019, mas o senhor Deputado vai dar como exemplo o relatório de dois mil e dezoito naquilo que lhe diz respeito, ou seja, com a referência àquelas obras que a Freguesia seria beneficiária. Por exemplo, a Requalificação e Ampliação da escola Básica de Ouca, da Regeneração Urbano do Largo da Igreja da Carregosa e até a beneficiação de alguns arruamentos. É aqui que o grupo municipal do CDS-PP incide o seu discurso: Há que perceber que os valores apresentados já são valores com benefícios orçamentais, porque caso contrário estes montantes seriam maiores. E aquilo que o senhor Deputado diz, com toda a honestidade e seriedade, é que espera, e não tem qualquer problema em afirmar publicamente, que se estes projetos que estão inseridos no Plano Plurianual de Investimentos, principalmente os da Freguesia de Ouca, chegarem a ser concretizados o seu sentido de voto será diferente daquele que tem sido nos últimos orçamentos. -----

----- O senhor deputado Juan Martins usou da palavra e referindo-se à apresentação feita pelo grupo municipal do PS e ao facto do senhor Deputado Óscar Gaspar ter dito que era igual à do ano passado, ou muito parecida. E é verdade, e com as mesmas “matreirices” do ano passado e se

calhar de outros anos. Quando, por exemplo, se fala em questões de educação sabe-se que esta matéria engloba vários valores, várias rubricas. Quando faz referência às apreciações, ou às amortizações, e relaciona com o resultado negativo e que não dá o investimento, o senhor Deputado Juan não percebeu o que é que se perdeu. Portanto, o que se pode concluir daqui é que este não é um debate sério. Quando se fazem este tipo de analogias e comparações, quando as comparações e os dados que lá estão são mais ou menos os mesmos, quando sabem que o próprio investimento depende dos fundos comunitários. Todos sabem disto e quando não se diz a verdade toda está-se a omitir a verdade para quem ouve. Aquilo que o PS tem feito não é um debate sério. Esta análise da situação das contas é um assunto muito sério e o senhor Presidente da Câmara não deve ter problema nenhum em falar o que tiver a falar e não deve ter pena, como disse, de não ter conseguido a diminuição da dívida, porque o investimento está à vista. Aquilo que está e o porquê do aumento da dívida está à vista de todos. As coisas são para se fazerem, as contas estão aí. Há que se ser sério no debate e na apresentação que se está a fazer. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das vinte e três horas e quarenta e cinco minutos ausentou-se da sessão o senhor Deputado Óscar Gaspar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados. Entretanto, perguntou se é verdade que o senhor Deputado Óscar se tenha ausentado da reunião, porque é essa a informação que tem, e lamenta a situação. Como se compreenderá é muito difícil responder a alguém que coloca as questões e depois se ausenta. No entanto, irá fazer um esforço para tentar responder aos ausentes. As questões colocadas rondam todas à volta de execução e quando o senhor Presidente referiu que tinha “pena” de apresentar mais uma prestação de contas sem diminuir a dívida, mas, obviamente, não se arrepende do investimento que está a ser feito. Esse investimento está a ser feito, é necessário para os vaguenses: são cerca de três milhões de euros da obra Rines-Sanchequias, muito importante para a população do sul do Concelho; são mais cerca de três milhões de euros para o Parque Empresarial de Soza, muito importante para a captação de investimento. Há pouco falou-se no que é que o Município poderia fazer para mudar a circunstância económica que o país irá atravessar. Não se pode nunca esquecer que a situação que o país atravessou em dois mil e doze foi uma situação muito grave e ainda assim o Município de Vagos não teve, ou teve pouco, impacto. E foi possível diminuir o impacto que teve na economia local porque se conseguiu atrair muito investimento e criar muitos postos de trabalho. Num período de crise económica brutal o Município de Vagos conseguiu diminuir o número de desempregados. Portanto, neste momento, perante esta crise, Vagos conseguirá responder ainda melhor ao que aí vem. Evidentemente se houvessem receitas de vinte milhões de euros estar-se-ia a discutir numa circunstância. Os senhores Deputados compreenderam que dez exercícios seguidos a diminuir a dívida apresentar um em que essa dívida não diminui é uma circunstância diferente. Relativamente às obras inscritas no orçamento, e que depois não são executadas, como se sabe há muito trabalho feito em conjunto e nem sempre o trabalho importante para uma Freguesia não é só o que vem espelhado no Plano Plurianual de Investimentos. É um trabalho muito mais alargado, por exemplo, quando o Município cede máquinas às Juntas de Freguesia

para reparar os caminhos, que é uma competência da Junta de Freguesia, há um investimento, não tem é uma materialização. Há muitas coisas que se fazem que não têm uma relação direta com o Plano Plurianual de Investimentos, mas que são importantes para a Freguesia. Neste momento, na Freguesia de Ouca está a ser feito um investimento de cerca de dois milhões de euros em saneamento, que está em plena realização, para além de algumas pavimentações que foram feitas. No Plano Plurianual de Investimentos, por norma, são inscritas a obras que requerem um projeto que tenham coisas mais específicas e objetivas. Quando o senhor Deputado Óscar Gaspar refere que na educação só se gastou uma “ninharia” de dinheiro ele está a referir-se ao Plano Plurianual de Investimentos e esqueceu-se de cerca de setecentos mil euros que estão no Plano de Atividades Municipal que é investido na educação. Aliás, se há área onde o Município é absolutamente irrepreensível no investimento é na educação. O PS tem reclamado que se vai gastar um milhão de euros na EB da Quintã e que isso é muito dinheiro, esquecendo-se daquilo que aprovou na Carta Educativa que implica alterações profundas naquele estabelecimento de ensino e, portanto, não está a ser feito cujo o compromisso não tenha sido autorizado pela Assembleia Municipal. O PS para além de ter uma ideia troncada dos documentos, que lhe convém, não deixa de ser curioso que depois também usa um discurso diferente quando o investimento é feito. Não deixa de ser curioso ser do PS a sair a critica de que endividar não é gastar à toa quando houve Governos do PS a gastar milhões e milhões de euros precisamente na área da educação, com uma Ministra da Educação a dizer que a educação tinha sido uma festa. Mas, o pior é que a seguir teve de vir um Governo do PSD e do CDS pagar *“essa festa que os senhores andaram até às tantas da madrugada e esqueceram-se que era preciso pagar a conta”*. E é este que é o grande problema e enquanto Presidente de Câmara tudo fará que não aconteça o mesmo no Município de Vagos e chegará ao fim do mandato com o programa eleitoral cumprido, na sua maioria, e com uma dívida menor do que quando entrou. É este o grande objetivo deste Executivo, sempre foi isso que foi dito, e deixar o Município melhor, com mais investimento, com menos desemprego, com mais apoios sociais, e sobretudo com uma dívida controlada que é isso que se espera. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com o vinte (20) votos a favor do grupo municipal do PSD e com sete (7) votos contra dos grupos municipais do CDS-PP e do PS. Os grupos municipais do CDS-PP e do PS apresentaram declaração de voto. **A declaração de voto do PS.** *“A declaração de voto do PS está em linha com as notas que o meu colega Óscar Gaspar mencionou na intervenção que tem a ver com: o fraco nível de execução; com o aumento de dívida sem se ver obra; com um conjunto de obras do Plano Plurianual que foram elencadas, que aliás têm a indicação não esquecer que é um Plano Plurianual mas as obras têm a indicação do ano em que serão executadas; com um conjunto de áreas, que para nós são prioritárias, e não receberam o investimento suficiente e com um conjunto matérias de candidaturas a fundos que não foram bem conseguidas.”* **A declaração de voto do grupo municipal do CDS-PP.** *“A prestação de contas por parte das autarquias é uma medida imprescindível para os gestores dos órgãos. Um dos*

*motivos é que essa iniciativa está ligada diretamente à transparência da administração pública. Hoje em dia, os cidadãos querem gestores eficientes e que saibam utilizar os recursos financeiros de maneira adequada. Porém, prestar contas não se resume a preencher formulários elaborar demonstrações financeiras, apresentar documentos fiscais e extratos bancários. É muito mais que isso! É a prova, ou não, do cumprimento, de forma clara e correta, de cada meta, etapa e fase que foi prevista no Orçamento que foi aprovado pela maioria da Assembleia Municipal. O CDS-PP vota contra a prestação de contas por considerar que a taxa de execução global é baixa. O Município continua a inscrever dezenas de atividades que se arrastam ao longo dos anos sem execução, damos como exemplo o Equipamento do Espaço Museológico da Arte Xávega na Praia da Vagueira e os Arranjos exteriores dos apoios à arte xávega na Praia da Vagueira inscritos desde 2014 ou o Ecocentro Municipal, desde 2016.”* -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 28 de maio de 2020. -----

----- **PONTO SEIS: ALIENAÇÃO DE TERRENOS – GAFANHA DA BOA HORA.** -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins, apresentou um requerimento à Mesa. Entretanto, pediu para usar da palavra e informou de que já havia falado com os senhores Deputados Óscar Gaspar e Jorge Pereira no sentido de propor que este ponto seja retirado da ordem de trabalhos. Apesar de considerar interessante a proposta parece-lhe que “caiu aqui de para-quedas” e merece uma análise mais aprofundada esta situação. Portanto, os grupos municipais propõem que este ponto seja retirado da ordem de trabalhos e que seja incluído na ordem de trabalhos da próxima sessão da assembleia Municipal e que a Câmara Municipal faça acompanhar o historial deste terreno e de todo este processo. -----

----- O senhor Presidente da Mesa pergunta se este é um documento conjunto de todos os grupos municipais. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que o que se falou na reunião foi o de tentar obter mais esclarecimentos sobre a “entidade” que se propõe comprar o terreno e elaborar um dossier mais completo para se poder analisar mais fundamentadamente esta proposta. O grupo municipal do CDS-PP entende por bem que este ponto da ordem de trabalhos seja adiado. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra para se associar a este pedido dos grupos municipais e fazer ao mesmo tempo uma interpelação à Mesa. O senhor Deputado não sabe qual é a capacidade de decisão, do ponto de vista jurídico, da Mesa da Assembleia Municipal pode aceitar este tipo de elementos para a ordem de trabalhos. Mas, basta olhar para aquilo que foi remetido aos membros da Assembleia Municipal para perceber que não são elementos suficientes para se analisar um assunto e o senhor Presidente da Mesa tem toda a legitimidade para solicitar mais informação à Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e informou de que na reunião que houve com os porta-vozes dos grupos municipais foi colocada a questão do que se pretendia que se fizesse quanto a esta matéria e até ao dia de hoje não obteve qualquer resposta. Esta questão

foi discutida na reunião do Presidente da Câmara com os porta-vozes dos grupos municipais e, portanto, o senhor Deputado Bruno Julião ao fazer a declaração que fez ou está a agir de má fé ou esta então é desconhecimento, o porta voz do grupo municipal do PS não lhe terá dado conhecimento do assunto e devia ter dado. -----

----- O senhor presidente da Assembleia Municipal confirmou de que houve essa reunião, e que o assunto foi efetivamente abordado, mas o que é verdadeiramente importante para a reunião de hoje é este requerimento conjunto a solicitar a retirada deste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- O ponto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das 00h00m, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

**O Presidente,**\_\_\_\_\_.